



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
Estado do Paraná

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026	
OBJETO	Aquisição de Impressoras para o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).
PROCESSO ADMINISTRATIVO	Nº 35/2026
DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	20 de maio de 2026 às 08h00min – Horário de Brasília-DF
LINK DA SESSÃO	https://www.gov.br/compras/pt-br UASG 987779
PREFERÊNCIA POR ME/EPP/EQUIPARADAS	DESTINAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/equiparadas: <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO AMPLA CONCORRÊNCIA: <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO PRIORIDADE LOCAL/REGIONAL (10%): <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO RESERVA DE COTAS ME/EPP: <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
REGÊNCIA LEGAL	Regido pela Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal n.º 09, de 30 de janeiro de 2024, Lei Complementar n.º 123/06, e demais legislações correlatas.
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO	R\$ 9.508,45 (nove mil, quinhentos e oito reais e quarenta e cinco centavos).
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	Menor Preço por Item
MODO DE DISPUTA	Aberto



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
Estado do Paraná

UNIDADE GESTORA	Secretaria Municipal de Serviço Social.
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	1.1. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através do endereço https://portaltransparencia.porecatu.pr.gov.br/transparencia/licitacoes ou ainda através do portal eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026

Preâmbulo

O Município de Porecatu, estado Paraná, inscrito no CNPJ n. 80.548.764/0001-48, com sede à Rua Barão do Rio Branco, nº 344, Centro, em Porecatu/PR, ordenador de Despesas: por intermédio de seu Prefeito Municipal, Sr. Agamemnon Augusto Araujo Paduan, e da Secretaria Municipal de Serviço Social, representada pela sua Secretária, Sra. Maria Aparecida de Jesus Souza; torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo Menor Preço com critério de julgamento **por item**, e pelo modo de disputa **Aberto**, com abertura em **20/05/2026 às 08h00min, Horário de Brasília-DF**.

O Pregão será conduzido pelo Pregoeiro designado através da Portaria n.º 82/2025, o certame e a contratação dele decorrente, serão regidos pela Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto Municipal n.º 16/2024, de 16 de fevereiro de 2024, Decreto Municipal 09/2024 de 30 de janeiro de 2024, pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, legislação correlata e demais exigências deste edital.

O presente edital foi formalizado a partir do planejamento materializado no relatório do Estudo Técnico Preliminar, onde constarão as justificativas pertinentes, bem como no Termo de Referência – TR, ambos instrumentos em anexo.

1.DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **AQUISIÇÃO DE IMPRESSORAS PARA O CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)**.

Para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviço Social de Porecatu/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O objeto desta licitação será adjudicado em ITEM ÚNICO, não havendo parcelamento da solução, conforme justificativa técnica constante no Estudo Técnico Preliminar (ETP).



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

1.3. O Pregão Eletrônico será formalizado por intermédio de Instrumento Contratual, na forma do Anexo III, observando-se a disponibilidade orçamentária e a conformidade com as metas da Deliberação nº 13/2025 - CEDCA/PR (Repasse Estadual).

2. DA SESSÃO PÚBLICA

2.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio do sistema eletrônico Compras.gov.br <https://www.gov.br/compras/pt-br>, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

2.2. Durante a sessão pública a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente por troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

2.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro;

2.4. Na impossibilidade da conclusão dos trabalhos da sessão deste Pregão Eletrônico na mesma data de abertura, e em face de decisão do Pregoeiro, deverá ser determinada a continuidade das atividades em dia(s) subsequente(s).

2.5. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

2.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir com exatidão os seus dados cadastrais no Sistema Eletrônico e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente às correções e/ou alterações dos registros quando constada determinada incorreção ou se tornem desatualizados.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar do presente Pregão Eletrônico licitantes que satisfaçam as exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos e que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

3.2. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema, conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.3. A participação neste certame é **EXCLUSIVA** para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas para **todos os itens do objeto**, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006).



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

3.4. A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 Lei Complementar n.º 123/2006, fica limitada às microempresas, às empresas de pequeno porte e equiparadas, que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.5. Para os fins do disposto neste Edital, considera-se como “equiparadas”: o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual - MEI, conforme determinam o art. 3º-A e art. 18-E da Lei Complementar nº 123, de 2006, bem como as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007.

3.6. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no **SICAF** até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.7. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.7.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;

3.7.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e Termo de Referência;

3.7.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.7.4. Que a proposta foi elaborada de forma independente.

3.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.9. Não poderá participar direta ou indiretamente do presente Pregão Eletrônico o licitante enquadrado em qualquer das seguintes hipóteses:

3.9.1. que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

3.9.2. em que o ramo de atividade não seja pertinente ou compatível com o objeto desta licitação;

3.9.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.4.1. equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

- 3.9.5. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.9.6. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.9.7. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.9.8. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.9.9. empresa declarada inidônea por qualquer Órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;
- 3.9.10. empresas impedidas de licitar ou contratar com o Município.
- 3.9.11. com decretação de falência;
- 3.9.12. submisso a concurso de credores, em liquidação ou em dissolução;
- 3.9.13. participação de empresas em consórcio;
- 3.9.14. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.9.15. As condições mencionadas nos subitens anteriores serão verificadas pelo Pregoeiro previamente à fase de habilitação;
- 3.9.16. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).
- 3.9.17. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se refere o subitem 3.9.4, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

3.9.18. O disposto no item 3.9.4. não impede a licitação que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.9.19. O impedimento de que trata o item 3.9.5. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9.20. A vedação de que trata o item 3.9.16. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.9.21. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9.22. Pessoa física que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 14.230/2021, ou pessoa jurídica que tenha como sócio majoritário aquele a quem foi dirigida mencionada penalidade, durante o prazo que apontar a decisão condenatória.

3.9.23. Não se admite a participação de pessoa física quando a contratação exigir capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar.

3.9.24. Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

3.9.25. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa, desde que não tenham observado o disposto no subitem 3.11 deste Edital.

3.10. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO

3.10.1. Conforme delineado no ETP e no Termo de Referência, **NÃO será permitida** a participação de empresas em regime de consórcio.

3.10.2. Essa decisão é resultante de um processo de avaliação da realidade do mercado em razão do objeto a ser licitado e a ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

execução do objeto visando ao atendimento ao interesse público do órgão.

3.10.3. Diante do exposto e considerando que existem diversos fornecedores com capacidade de entregar o objeto deste Edital, e ainda por não ser característico da atividade econômica entrega dos produtos em junção de consórcio, o Município de Porecatu/PR decidiu por não permitir a participação de consórcio. Fato esse que, por si só, não configura restrição à competitividade.

3.11. DA PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS SOB A FORMA DE COOPERATIVA:

3.11.1. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável (Lei nº 5.764/1971, Lei nº 12.690/2012 e LC nº 130/2009).

3.12. DA PARTICIPAÇÃO DE PESSOA FÍSICA:

3.12.1. Considerando os estudos técnicos preliminares, na presente contratação, **não será admitida** a participação de pessoa física, porquanto necessária estrutura incompatível com as suas características para o atendimento da necessidade da Administração.

3.13. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS ESTRANGEIRAS

3.13.1. Será permitida a participação de empresas estrangeiras que funcionem no País, sendo exigidos os documentos de habilitação descritos no item 16.3 (habilitação jurídica), inclusive o relacionado no subitem 16.3.1.5. deste edital, por meio de documentos equivalentes aos exigidos para pessoas jurídicas nacionais, inicialmente apresentados em tradução livre, conforme regulamentado pelo Decreto Municipal nº 016/2024.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio do registro cadastral no **SICAF**, através do site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, no qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.1.1. O acesso do operador ao sistema do pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

4.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário cadastrado o sigilo da senha, bem como conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados não cabendo a este órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.6. Qualquer dúvida em relação ao acesso ao sistema operacional poderá ser esclarecida através do <https://www.gov.br/compras/pt-br>, por contato pelo telefone 0800 978 9001

5. DO ENVIO DA PROPOSTA

5.1. No presente Pregão Eletrônico, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances, e de julgamento.

5.2. Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.3. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.4. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

5.5. A licitante deverá declarar em campo próprio do sistema, ao cadastrar a sua proposta, que:

5.5.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.5.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

5.5.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

5.5.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte, equiparadas ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.6.1. Considerando que todos os itens deste certame são de participação exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas (conforme Art. 48, I da LC 123/06), a assinalação do campo “não” no sistema impedirá o prosseguimento no certame.

5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.5. e 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, retirar ou substituir os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

5.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item.

6.1.2. descrição detalhada do objeto, indicando no que for aplicável, uma única marca por item ofertado, devendo o modelo ser discriminado quando for pertinente. Tais informações devem estar de acordo com o Termo de Referência;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. O licitante **não poderá se identificar** no preenchimento da proposta.

6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.10. O descumprimento das regras mencionadas pela Administração poderá ensejar responsabilização pelo Tribunal de Contas competente. Após o devido processo legal, poderão ser adotadas medidas como: assinatura de prazo para cumprimento da legislação, nos termos do art. 71, IX, da Constituição Federal, ou condenação dos agentes públicos e da empresa contratada ao ressarcimento ao erário, caso constatado superfaturamento na execução contratual.

6.11. A empresa licitante deverá ainda, apresentar as seguintes declarações, como anexo à proposta:

6.11.1. DECLARAÇÃO de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

6.11.2. DECLARAÇÃO de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no inciso IV do art. 63 da Lei n.º 14.133, de 2021;

6.11.3. Em relação às microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, DECLARAÇÃO de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo utilizar o modelo do ANEXO V do edital.

6.11.4. Catálogos, prospectos ou folhetos técnicos do fabricante que comprovem que os equipamentos ofertados (especialmente para os itens de informática e eletrodomésticos) atendem a todas as exigências e especificações mínimas do Termo de Referência.

6.12. DA GARANTIA DA PROPOSTA

6.12.1. Para a presente licitação **não será exigida** garantia de proposta.

7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

7.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n.º 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido, por via eletrônica no endereço através do site [Compras.gov.br](https://www.gov.br/compras/pt-br) <https://www.gov.br/compras/pt-br>, devendo ainda serem encaminhadas cópias para o e-mail:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

licitaporecatu@gmail.com até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, durante o horário de expediente, encerrando-se às 17h00.

7.1.1 Não será conhecida da impugnação ou do pedido de esclarecimentos sem o nome completo ou razão social, CPF/CNPJ, endereço, telefones, e-mail, assinatura do impugnante e sendo pessoa jurídica deverá estar acompanhada de documento que comprove a representatividade de quem assina a impugnação.

7.2. O agente de contratação, responderá à impugnação ou ao pedido de esclarecimento no prazo de até 03 (três) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

7.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

7.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro/agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

7.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade promotora da licitação e no sistema, dentro do prazo estabelecido no item 7.2, e vincularão os participantes e a Administração.

7.5. Na hipótese de alteração do instrumento convocatório em decorrência do acolhimento da impugnação ou do esclarecimento feito, aplica-se o disposto no §1º do art. 55 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.2.1. Será desclassificada a proposta cuja descrição do objeto não esteja em conformidade com os requisitos do edital e também será desclassificada a proposta cuja descrição identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9. DOS LANCES

9.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.2. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do Item**.

9.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta **deverá ser de R\$ 0,05 (cinco) centavos**.

9.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

10. DO MODO DE DISPUTA

10.1. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

10.2. A sessão pública será realizada em consonância com o art. 56 inciso I, da Lei nº 14.133/21, obedecendo ao modo de disputa **aberto**, na fase aberta os licitantes serão informados em tempo real, o valor do menor lance registrado, vedado a identificação do seu detentor.

10.2.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.2.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.2.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

10.2.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

10.2.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

11. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

11.1. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123, de 2006](#).

11.1.1. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.1.2. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

11.1.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte e equiparada melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

11.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.2. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais.

11.3. Persistindo o empate, serão utilizados os critérios de desempate descritos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, naquela ordem estabelecida no referido artigo.

11.4. A licitante caracterizada como ME, EPP ou equiparada **não** poderá fazer uso do tratamento diferenciado se, no ano-calendário de realização da licitação, tiver celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

12. DA NEGOCIAÇÃO

12.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

12.1.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

12.1.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.1.3. Concluída a negociação, o resultado será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

13. DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE OFERTADO

13.1. O pregoeiro solicitará ao licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar que, no prazo de até **2 (duas) horas** envie a proposta, devidamente preenchida e assinada, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

13.1.1. A Proposta de Preços ajustada deverá ser inserida no sistema <https://www.gov.br/compras/pt-br> ou pelo e-mail: licitaporecatu@gmail.com quando solicitado pelo Agente de Contratação.

13.1.2. A sessão PODERÁ ser suspensa para aguardo da proposta de preços, cabendo ao Pregoeiro informar, através do sistema eletrônico, a data e o horário para retomada da licitação e divulgação da aceitabilidade da proposta.

13.1.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

13.2. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

14. DA FASE DE JULGAMENTO

14.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.2. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

14.3. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para contratação neste Edital e seus anexos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

14.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 14.4.1. conter vícios insanáveis;
- 14.4.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Edital e seus anexos;
- 14.4.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo estimado para a contratação;
- 14.4.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 14.4.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

14.4.5.1. Para os fins do disposto nos subitens 14.4.1 e 14.4.5, considera-se vício sanável, entre outras, as seguintes medidas:

- I – A complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- II - O desatendimento de exigências meramente formais e que não comprometam a compreensão do conteúdo da proposta;
- III - aquele cujo defeito não altera a substância da proposta;
- IV - A atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas;
- V – A juntada extemporânea de declarações firmadas pelo próprio licitante; ou
- VI – A juntada extemporânea de documento não entregue, porém preexistente e passível de comprovar o atendimento de condição pelo licitante, mas que, por equívoco ou falha, não foi apresentado em momento oportuno.

14.4.5.2. O pregoeiro poderá realizar diligências para sanar os vícios de que trata o subitem 14.4.5.1 deste Edital, mediante despacho fundamentado registrado na ata da sessão.

14.5. No caso de apresentação de proposta inexequível (subitens 14.4 e 14.4.4), o pregoeiro, para fins de subsidiar a decisão quanto à sua aceitabilidade, poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada no sentido de:

- a) apurar se há algum risco na viabilidade da execução do objeto ofertado, a origem e a qualidade dos insumos empregados no processo produtivo e se a licitante está em dia com suas obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas; e
- b) solicitar à licitante maiores esclarecimentos sobre a dimensão da sua proposta e de onde obterá proveito econômico, no sentido de comprovar que o custo ultrapassa o valor da proposta; e/ou inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta, comprovando a sua efetiva exequibilidade, bem como declaração expressa de que assume eventuais prejuízos ao longo de futura relação contratual a ser firmada, de maneira que possíveis pedidos de modificação contratual posterior sejam analisados atentamente, a fim de que não sejam utilizados como expediente para corrigir distorções nos preços contemplados na proposta vencedora.

14.5.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que dispõe o subitem 14.4.5.2 e subitem 14.5, somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24h (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada na ata da sessão.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

14.6. É considerado indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

15. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

15.1. Os licitantes interessados, após o encerramento da etapa competitiva, poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante vencedor.

15.1.1. A apresentação de novas propostas na forma do item 15.1 não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante vencedor.

15.1.2. Para os fins do disposto no subitem 15.1, o pregoeiro consultará os demais licitantes se aceitam reduzir o preço e aderir às demais condições ofertadas pelo licitante vencedor.

15.1.3. Com a confirmação do aceite, será consignado em ata da sessão da licitação.

15.2. Se houver mais de um licitante que aceite cotar sua proposta em valor igual ao licitante vencedor, a classificação será realizada segundo a ordem da última proposta individual ou lance apresentado durante a fase de competitiva de lances.

16. DA FASE DE HABILITAÇÃO

16.1. Os documentos de habilitação, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, são exigidos nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei n.º 14.133, de 2021.

16.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

16.2.1. Consulta consolidada de pessoa jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

16.2.2. consulta ao banco de dados de penalidades do município (cadastro/registro das empresas sancionadas e/ou suspensas).

16.2.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o §8º do artigo 12 da Lei n.º 14.230/2021.

16.2.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte da empresa.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

16.2.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

16.2.6. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

16.3. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO EXIGIDOS:

16.3.1. Habilitação jurídica:

16.3.1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

16.3.1.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

16.3.1.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.3.1.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução. [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

16.3.1.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.3.1.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

16.3.1.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

16.3.1.8. **No caso de ME e EPP que queira usufruir dos benefícios da Lei Complementar federal n. 123/2006 e da Lei Complementar estadual n. 303/2022:** certidão simplificada original da Junta Comercial da sede da licitante ou documento equivalente, além de declaração escrita, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte estando apta a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

16.3.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

16.3.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); www.receita.fazenda.gov.br;

16.3.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

16.3.2.3 Prova de Regularidade relativa ao (FGTS), por meio de Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal www.caixa.gov.br ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", com prazo de validade em vigor na data marcada para abertura da sessão;

16.3.2.4 Prova de Regularidade relativa Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, seguridade social, por meio de Certidão Negativa de Débitos (CND) relativos aos Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; expedida nos sites www.receita.fazenda.gov.br ou www.pgfn.fazenda.gov.br. **Conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB n.º 1.751, de 2 de outubro de 2014;**

16.3.2.5 Prova de Regularidade para com a Fazenda **Estadual**, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação-**ICMS**, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante;

16.3.2.6 Prova de Regularidade para com a Fazenda **Municipal**, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza-**ISS**, expedida pela Prefeitura do domicílio ou sede da licitante;

16.3.2.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão Negativa de Débitos **Trabalhistas-CNDT**, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho www.tst.jus.br/certidao, conforme Lei n.º 12.440/2011 e Resolução Administrativa TST n.º 1470/2011.

16.3.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

16.3.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME n.º 116, de 2021), ou de sociedade simples;

16.3.3.2. Pessoa jurídica, apresentar certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

16.3.3.3. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (conforme facultado pela Lei 14.133/21 para pronta entrega), acompanhados da DRE.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

16.3.3.4. A comprovação será feita pelos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser superiores a 1 (um).

16.3.3.5. As empresas que apresentarem resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer índice deverão comprovar Patrimônio Líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

16.3.3.6. Justificativa para exigência dos índices contábeis:

16.3.3.6.1. Conforme o Art. 69 da Lei nº 14.133/2021, a exigência justifica-se por se tratar de relatórios essenciais para aferir a saúde financeira e o controle do patrimônio da empresa. Através destes índices, averiguar-se-ão os registros ordenados e padronizados, garantindo que a licitante possui solidez econômica para suportar a execução do objeto e as obrigações contratuais, conforme verificado na fase de planejamento da contratação.

16.3.4 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

16.3.4.1. Apresentar **Atestado de Capacidade Técnica** da empresa licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre de maneira satisfatória a aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis ao objeto licitado (fornecimento de equipamentos de informática, eletrodomésticos ou materiais permanentes similares).

16.3.4.1.1. Havendo necessidade, será realizada diligência para fins de comprovação da autenticidade do atestado apresentado.

16.3.4.1.2. Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação de quantitativos.

16.3.4.2. Declaração Unificada, conforme modelo no Anexo VI deste edital, devidamente preenchida e assinada.

16.3.4.3. **Modelo de Carta de Preposto, conforme Anexo VII** deste edital. A Carta de Preposto não substitui a Procuração e nem a Procuração substitui a Carta de Preposto.

16.3.5. DAS REGRAS GERAIS DA FASE DE HABILITAÇÃO:

16.3.5.1. Após a consulta de que trata o subitem 12.2 deste Edital, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá encaminhar **OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PREVISTOS NESTE EDITAL**, via sistema eletrônico, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação.

16.3.5.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

16.3.5.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto n.º 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

16.3.5.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

16.3.5.4.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

16.3.5.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

16.3.5.5.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

16.3.5.5.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

16.3.5.5.3. A diligência de que trata o subitem 16.3.5.5, não caracteriza como substituição ou apresentação de documento novo, e dessa forma, o pregoeiro/comissão poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada na ata da sessão e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação, assim como a juntada de documento extemporâneo que não havia sido apresentado no momento oportuno por um equívoco ou falha, porém desde que esses sejam preexistentes e passível de comprovação.

16.3.5.5.4. Os documentos exigidos em sede de diligência deverão ser apresentados no sistema eletrônico, no prazo de 02 (duas) horas, após solicitação do pregoeiro, sob pena de inabilitação.

16.3.5.5.5. Caso haja a necessidade de suspensão da sessão para a realização da diligência, somente poderá ser retomada a sessão mediante aviso prévio no sistema, com no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e devidamente registrado em ata.

16.3.5.5.6. O prazo estabelecido no subitem acima poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro no caso de indisponibilidade do sistema, bem como da ocorrência de fato excepcional superveniente para o qual não tenha concorrido a licitante, desde que devidamente comprovada, não podendo este prazo exceder em 05 (cinco) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

16.3.5.5.7. Todos os documentos a serem encaminhados eletronicamente deverão ser configurados, preferencialmente, nos seguintes formatos: Adobe Acrobat Reader (extensão .PDF), Word (extensão .DOC ou .DOCX), Excel (extensão .XLS ou .XLSX), podendo ser processados por compactação nos formatos ZIP (extensão .ZIP) ou RAR (extensão .RAR).

16.3.5.5.8. Os documentos remetidos por meio do sistema <https://www.gov.br/compras/pt-br> poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a). Caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao pregoeiro, no endereço licitaporecatu@gmail.com.

16.3.5.5.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

16.3.5.5.9. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a proposta ajustada, e/ou documentos complementares, tanto na fase de proposta ou de habilitação, conforme previsto neste instrumento, será desclassificada/inabilitada, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

16.3.5.5.10. As microempresas, as empresas de pequeno porte e equiparadas, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, social e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

16.3.5.5.11. Na hipótese de haver alguma restrição quando da comprovação de regularidade, será assegurado prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

16.3.5.5.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

16.3.5.5.13. No caso de itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, quando houver inabilitação do licitante que estava como provisoriamente vencedor, e, antes do Pregoeiro passar à proposta ou lance subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto.

16.3.5.5.14. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

16.3.5.5.15. Após o encerramento da fase de habilitação, o pregoeiro disponibilizará no sistema os documentos da habilitação apresentados pelo licitante declarado vencedor bem como os documentos oriundos das diligências promovidas.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

16.3.6. DAS DECLARAÇÕES A SEREM APRESENTADAS PELOS LICITANTES NA FASE DE HABILITAÇÃO:

16.3.6.1. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma do art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021.

16.3.6.2. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

16.3.6.3. Constitui meio legal de prova, para fins de habilitação, a verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões.

16.3.6.4. No caso que a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

16.3.6.5. Qualquer licitante poderá, de **forma imediata**, após a declaração do vencedor do certame, manifestar sua intenção de recorrer sob pena de preclusão, em campo próprio do sistema, dessa forma será concedido na sessão pública o prazo de 30 minutos, indicando em sua manifestação contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer, julgamento das propostas e/ou ato de habilitação ou inabilitação de licitante.

17. DOS RECURSOS

17.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei n.º 14.133, de 2021.

17.2. O prazo para apresentação do recurso é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

17.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei n.º 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data da ata de julgamento.

17.4. Os recursos deverão ser encaminhados através do endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> devendo ainda serem encaminhadas **cópias para o e-mail: licitaporecatu@gmail.com**.

17.5. Fica assegurada vista imediata dos autos do pregão, aos interessados, no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, com a finalidade de subsidiar a preparação de recursos e de contrarrazões.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

17.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.7 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.7.1. Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente poderá solicitar auxílio pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias. E caso a autoridade competente solicite, o prazo para proferir a decisão ficará suspenso.

17.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

18. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

18.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o pregoeiro deverá elaborar um breve relatório quanto aos fatos e procedimentos do certame, e encaminhar o processo à autoridade superior para que se proceda a adoção de uma das condutas constantes do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19. DA ENTREGA DO OBJETO

19.1. As condições e obrigações referente a entrega do objeto, devem seguir as disposições constantes do Termo de Referência, devendo a contratada observar integralmente os prazos, condições e locais nele especificados.

20. DO PAGAMENTO

20.1. No que tange ao pagamento decorrente do fornecimento do objeto, a contratada deverá observar o disposto no item 6 do Termo de Referência (**dos critérios de medição e pagamento**).

20.2. A CONTRATADA obriga-se a emitir as notas fiscais ou documentos fiscais equivalentes em conformidade com a legislação vigente, observando-se, obrigatoriamente, o CNPJ da unidade administrativa (Secretaria) responsável pela solicitação e recebimento do objeto contratado.

20.3. Para cada fornecimento de bens e/ou prestação de serviços realizados em atendimento a solicitações específicas de determinada Secretaria, deverá ser emitida nota fiscal individualizada, contendo:

- O CNPJ da respectiva Unidade Administrativa/Secretaria;
- A descrição detalhada do objeto fornecido;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

- O número da ordem de fornecimento, autorização de serviço ou documento equivalente que deu origem à solicitação;
- A data da entrega e o ateste de recebimento.

20.4. A CONTRATANTE se compromete a indicar, em cada solicitação formal, o CNPJ e os dados completos da unidade requisitante, a fim de permitir a correta emissão do documento fiscal.

20.5. O pagamento somente será processado mediante apresentação da nota fiscal corretamente emitida, conforme disposto nesta cláusula, acompanhada da comprovação do recebimento definitivo do objeto, atestada pela unidade requisitante.

21. DA CONTRATAÇÃO

21.1. Depois de homologado o resultado deste pregão, a licitante adjudicatária será convocada para assinar o termo de contrato ou instrumento substitutivo, cuja minuta constitui o Anexo III do presente instrumento, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data da comunicação formal, podendo ser prorrogado, em conformidade com o disposto no § 1º, do artigo 90, da Lei n.º 14.133, de 2021¹.

21.2. Se não ocorrer a convocação para a contratação e decorrer o prazo de validade da proposta indicado no edital, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

21.3. Será admitida a forma eletrônica na celebração do **Contrato**, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

21.4. Na assinatura do Contrato, será exigida para a licitante a comprovação das condições de habilitação fiscal e trabalhista consignadas no edital de licitação. Se, por ocasião da formalização do respectivo instrumento, as certidões de regularidade da Adjudicatária para com a Fazenda Federal, Estadual, Municipal, INSS, FGTS e Justiça do Trabalho estiverem vencidas, o órgão contratante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos comprobatórios da respectiva consulta, salvo impossibilidade devidamente justificada.

21.5. Se o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital, se recusar a assinar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, é facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebrar o contrato nas mesmas condições propostas pelo vencedor.

¹ **Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, art. 90, § 1º** - § 1º O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

21.5.1. Caso o licitante que reduziu o valor ao primeiro colocado, não aceite assinar o Contrato, nos termos do 17.5, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário.

21.5.2. Se restar frustrada a negociação de melhor condição de preço, a Administração poderá adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória.

21.5.3. Na adoção dos procedimentos descritos nos itens 21.5 à 21.5.2, a Administração **não** poderá aceitar propostas/lances superiores ao valor estimado da contratação, observado o índice de atualização de preços correspondente.

21.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou o instrumento equivalente, no prazo estabelecido, caracterizará a conduta tipificada no inciso VI do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e o sujeitará à penalidade prevista neste Edital.

22. EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

22.1. Conforme identificado no item “Do Gerenciamento de Riscos” do relatório do Estudo Técnico Preliminar, deverão ser observadas na gestão e fiscalização do contrato, as ações específicas para o objeto contratado, nos termos do que dispõe o Termo de Referência.

23. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS SANÇÕES

23.1. **Comete infração administrativa o fornecedor que infringir as disposições previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:**

- 23.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 23.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 23.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 23.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 23.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 23.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 23.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 23.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 23.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 23.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 23.1.10.1. considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 23.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta licitação;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

23.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

23.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores, em processo de aplicação de penalidade, estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 23.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 20% (vinte por cento), conforme regulamentação pertinente ao art.156, § 3º da Lei 14.133/2021, sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 23.1.1 a 23.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 23.1.2 a 23.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes municipais, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 23.1.8 a 23.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

23.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

23.5. A aplicação das sanções previstas neste **Edital** não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

23.6. Na aplicação da sanção prevista na alínea “b” do item 23.2 deste Edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

23.7. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 23.2 deste Edital será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

23.8. Quando o quadro funcional não dispuser de servidores estatutários, a comissão a que se refere o item



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

anterior será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente, com tempo mínimo de 3 (três) anos de efetivo exercício no órgão ou entidade.

23.9. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

23.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se os demais procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

24.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

24.3. Toda a documentação exigida para o certame deverá ser anexada no sistema eletrônico em formato legível.

24.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, deverão ser observadas as regras previstas no art. 183 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

24.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU Estado do Paraná

24.10. O Edital e seus anexos estarão disponíveis, estarão disponíveis na íntegra no sítio eletrônico oficial do município <https://portaltransparencia.porecatu.pr.gov.br/transparencia/licitacoes> no portal <https://www.gov.br/compras/pt-br> e pelo endereço eletrônico licitaporecatu@gmail.com.

25. DO FORO

25.1. Fica eleito, para dirimir as questões divergentes oriundas do presente Edital e seus anexos, que não forem resolvidas na esfera administrativa, o foro da comarca de Porecatu, Estado do Paraná, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

ANEXO II – Modelo Proposta de Preços;

ANEXO III – Minuta do Contrato;

ANEXO IV – Modelo Declaração - Enquadramento ME ou EPP;

ANEXO V – Modelo de Declaração Unificada;

ANEXO VI – Modelo de Termo de Nomeação de Preposto;

Porecatu – PR 04 de maio de 2026.

Agamemnon Augusto Araujo Paduan
Prefeito Municipal/Ordenador de Despesas



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
Estado do Paraná

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 35/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 13/2026

O presente instrumento foi formalizado com base nos levantamentos efetivados nos estudos técnicos preliminares, utilizando como parâmetro o relatório onde constam as justificativas para as presentes inserções e a materialização do planejamento, encontrando-se este, em anexo.

Somado às presentes exigências, deverão ser observados pelos interessados em formalizar propostas, as demais exigências que estarão contidas no Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de Impressoras para o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

1.2. Definição/Detalhamento do objeto, conforme especificações técnicas, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, abaixo discriminadas:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	MÉDIA	VALOR TOTAL
1	MULTIFUNCIONAL tanque de tinta 3 em 1 com conexão wireless, permitindo impressão sem fios diretamente de smartphones, tablets ou computadores. funcionalidades mínimas exigidas: • continuidade de impressão: deve combinar tintas coloridas para manter a impressão quando a tinta preta acabar. • tecnologia heat-free: sistema sem	UN	5	R\$ 1.901,69	R\$ 9.508,45



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

<p>aquecimento da tinta, garantindo rapidez, economia de energia e confiabilidade. • tanques frontais: design com acesso fácil e visualização clara dos níveis de tinta, incluindo sistema anti-desperdício. especificações mínimas: • cor: preto. • voltagem: bivolt (compatível com 110v e 220v). • conectividade mínima: usb 2.0 de alta velocidade, wireless (wi-fi) e wi-fi direct. impressão (requerimentos mínimos): • tecnologia: jato de tinta sem aquecimento (heatfree). • resolução mínima: 5.760 x 1.440 dpi. • velocidade mínima de impressão iso: • preto: 10,5 ppm (a4/carta). • cores: 5 ppm (a4/carta) • velocidade máxima de impressão: • preto: 33 ppm. • cores: 15 ppm. scanner (requerimentos mínimos): • resolução interpolada mínima: 1.200 x 2.400 dpi. • profundidade de cor mínima: 48-bit interna (24-bit externa). • área máxima de digitalização: 21,6 x 29,7 cm. • velocidade mínima de digitalização: • preto: 11 segundos por página (200 dpi). • cores: 28 segundos por página (200 dpi). papel (capacidades mínimas): • tamanho máximo suportado: 215,9 mm x 1.200 mm. • tipos de papel: comum e papéis especiais. • capacidade mínima de entrada: 100 folhas (a4). • capacidade mínima de saída: 30 folhas (a4). dimensões e peso máximos permitidos: • altura: 18,7 cm. • largura: 37,5 cm. • profundidade:</p>				
--	--	--	--	--



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
Estado do Paraná

34,7 cm. • peso máximo: 5,4 kg. itens mínimos inclusos: • 1 multifuncional tanque de tinta. • 1 cabo de alimentação. • 1 cabo usb. • 1 cd de instalação e softwares. • 1 guia de instalação rápida. • 1 kit de garrafas de tinta originais (preto, ciano, magenta e amarelo).				
VALOR TOTAL: R\$ 9.508,45				

1.2.1. O objeto caracteriza-se como bem comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, sendo cabível a adoção da modalidade pregão eletrônico, nos termos do art. 6º, inciso XLI, da mesma Lei, conforme informado na SD originária, e atende as disposições do Decreto Municipal nº 09/2024, não se caracterizando como bem de luxo.

1.3. Utilização do catálogo de padronização:

1.3.1. O órgão adotará catálogo próprio e os produtos não estão padronizados até a presente data, sendo utilizada a especificação técnica contida no sistema interno enquanto o catálogo de padronização está sendo construído gradativamente.

2. DA JUSTIFICATIVA/NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição de impressoras para o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) fundamenta-se na necessidade imediata de suprir as demandas diárias de impressão de documentos, relatórios e formulários essenciais para o funcionamento regular dos diversos setores da unidade. Atualmente, observa-se uma precariedade operacional decorrente da ausência completa de equipamentos em determinados departamentos, enquanto outros utilizam aparelhos antigos que



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU Estado do Paraná

apresentam falhas frequentes e desgaste excessivo, o que compromete diretamente a agilidade e a qualidade dos serviços prestados à população.

A contratação busca, portanto, proporcionar maior eficiência administrativa e assegurar a qualidade técnica das impressões, promovendo uma redução significativa nos custos com manutenções corretivas e garantindo o pleno funcionamento das atividades internas. É importante ressaltar que a demanda está formalmente vinculada à Deliberação nº 13/2025 - CEDCA/PR, tratando-se de um investimento viabilizado por meio de incentivo estadual especificamente voltado à garantia dos direitos de crianças e adolescentes, o que reforça o interesse público e a oportunidade da aquisição.

3 – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Conforme previsto no relatório do ETP, a solução como um todo estabelece os requisitos abaixo:

3.1.1. Especificação do Equipamento:

- Multifuncional tanque de tinta 3 em 1 com conexão wireless, permitindo impressão sem fios por smartphones, tablets ou computadores.
- Tecnologia heat-free (sem aquecimento da tinta) para garantir rapidez, economia de energia e confiabilidade.
- Sistema de tanques frontais com acesso fácil, visualização clara dos níveis de tinta e sistema anti-desperdício.
- Recurso de continuidade de impressão que combina tintas coloridas para manter a atividade quando a tinta preta acabar.
- Equipamento na cor preta e com voltagem bivolt (compatível com 110v e 220v).

3.1.2. Desempenho e Conectividade:

- Conectividade mínima via USB 2.0 de alta velocidade, Wireless (Wi-Fi) e Wi-Fi Direct.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

- Resolução mínima de impressão de 5.760 x 1.440 dpi.
- Velocidade máxima de impressão de 33 ppm em preto e 15 ppm em cores.
- Scanner com resolução interpolada mínima de 1.200 x 2.400 dpi e profundidade de cor de 48-bit interna.
- Capacidade mínima de entrada para 100 folhas (A4) e saída para 30 folhas (A4).

3.1.3. Dimensões e Itens Inclusos:

- Dimensões máximas permitidas de 18,7 cm de altura, 37,5 cm de largura e 34,7 cm de profundidade.
- Peso máximo de 5,4 kg.
- O kit deve incluir obrigatoriamente a multifuncional, cabo de alimentação, cabo USB, CD de instalação com softwares, guia de instalação rápida e um kit de garrafas de tinta originais (preto, ciano, magenta e amarelo).

3.1.4. Condições de Fornecimento:

- Prazo de entrega de 15 dias úteis após a emissão da Ordem de Fornecimento.
- Local de entrega na Rua Horácio Pagano, 300, nos horários das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 16h00min.
- Prazo de garantia de 12 meses.
- Pagamento a ser realizado a partir do dia 12 do mês posterior à data de emissão da nota fiscal.
- Prazo de vigência do contrato de 12 meses.

3.2. Do consórcio

3.2.1. Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, pelas razões constantes em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

3.3. Da subcontratação

3.3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

A vedação à subcontratação justifica-se em razão da natureza do objeto, que consiste no fornecimento de bens comuns, padronizados e de baixa complexidade, cuja execução contratual se exaure, essencialmente, na entrega dos equipamentos nas condições, prazos e especificações estabelecidos pela Administração.

Trata-se de contratação de objeto simples e integralmente executável pela própria contratada, não havendo parcelas técnicas acessórias, especializadas ou autônomas que demandem transferência parcial de execução a terceiros.

A admissão de subcontratação, no presente caso, não se mostra necessária nem vantajosa, podendo, ao contrário, comprometer a rastreabilidade da execução, dificultar a fiscalização contratual, fragilizar a responsabilização do fornecedor e introduzir riscos desnecessários à adequada entrega do objeto.

Além disso, considerando que a futura contratação será processada por Pregão Eletrônico, com objeto comum e amplamente disponível no mercado, presume-se que os licitantes interessados detenham, por si próprios, plena capacidade operacional, logística e comercial para o regular fornecimento dos bens, sem necessidade de intermediação por terceiros.

A vedação à subcontratação encontra amparo no art. 122 da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual a subcontratação somente poderá ser admitida quando prevista no edital e no contrato, observadas as condições fixadas pela Administração.

Dessa forma, considerando a simplicidade do objeto, a baixa complexidade da execução e a desnecessidade de repasse de parcelas contratuais a terceiros, conclui-se pela não admissão de subcontratação, por se mostrar a medida mais adequada à preservação da eficiência administrativa, da segurança contratual e da adequada fiscalização da execução.

3.4. Da exigência de garantia da contratação:

3.4.1. Não será exigida garantia da contratação para o presente objeto.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU Estado do Paraná

A opção pela não exigência de garantia contratual fundamenta-se na natureza do objeto, que consiste no fornecimento de bens comuns, padronizados, de baixa complexidade e de pronta entrega, sem envolver obrigação de elevada materialidade, risco relevante de inadimplemento ou complexidade técnica que justifique a imposição de garantia adicional à contratada.

Trata-se de contratação de reduzido valor estimado, correspondente a R\$ 10.050,00 (dez mil e cinquenta reais), cujo objeto possui execução simples, risco contratual reduzido e baixa probabilidade de ocorrência de prejuízos significativos à Administração, desde que observadas as condições de recebimento, fiscalização e garantia do fabricante.

Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a exigência de garantia contratual constitui faculdade da Administração, devendo ser avaliada conforme a complexidade, vulto, natureza e riscos inerentes à contratação.

No caso concreto, a exigência de garantia contratual mostrar-se-ia desproporcional e desnecessária, podendo inclusive restringir a competitividade do certame, especialmente em razão do reduzido valor da contratação e da natureza comum do objeto, sem que disso decorra benefício prático relevante à Administração.

Ressalta-se que a adequada proteção do interesse público, no presente caso, já se encontra suficientemente resguardada por outros mecanismos legais e contratuais, tais como:

- definição objetiva das obrigações da contratada;
- fiscalização do fornecimento;
- recebimento provisório e definitivo;
- exigência de garantia mínima do fabricante;
- aplicação de penalidades administrativas em caso de inadimplemento;
- possibilidade de recusa e substituição de bens em desconformidade.

Dessa forma, considerando a baixa complexidade do objeto, o reduzido valor da contratação, a simplicidade da execução e a suficiência dos mecanismos ordinários de controle contratual, conclui-



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

se pela não exigência de garantia da contratação, por não se mostrar técnica, econômica ou administrativamente necessária ao caso concreto.

4. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

4.1. A vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

O prazo de vigência estabelecido mostra-se adequado à natureza do objeto e à necessidade administrativa, uma vez que se trata de contratação de fornecimento de bens permanentes, com entrega imediata, garantia mínima de 12 (doze) meses e necessidade de cobertura contratual suficiente para contemplar, além da entrega, o recebimento definitivo, eventual substituição de bens defeituosos e o acompanhamento das obrigações contratuais acessórias.

Embora a execução principal do objeto se exaure com a entrega dos equipamentos, a formalização contratual com vigência de 12 (doze) meses revela-se administrativamente mais adequada para resguardar a plena execução das obrigações assumidas pela contratada, especialmente no que se refere:

- ao prazo de entrega dos bens;
- ao recebimento provisório e definitivo;
- à responsabilização por eventuais vícios ou defeitos;
- à garantia contratual e/ou do fabricante;
- à substituição de equipamentos em desconformidade;
- à fiscalização e encerramento regular do ajuste.

A definição de vigência contratual de 12 (doze) meses também se mostra compatível com a rotina administrativa da Administração Pública, permitindo segurança jurídica, regular acompanhamento contratual e adequada formalização das obrigações decorrentes da contratação.

Ressalta-se que não se trata de contrato de natureza continuada, mas de contratação por escopo, com prazo de vigência suficiente para assegurar a plena execução do objeto e das obrigações correlatas, sem caracterização de prestação continuada.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

Dessa forma, conclui-se que o prazo de vigência de 12 (doze) meses é suficiente, proporcional e adequado à natureza da contratação, atendendo ao interesse público e às disposições da Lei nº 14.133/2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de entrega

5.1.1. A entrega do objeto deverá ser realizada de forma integral, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pela Administração, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Serviço Social.

Os equipamentos deverão ser entregues no endereço indicado pela contratante, qual seja: Rua Horácio Pagano, nº 300, Município de Porecatu/PR, no horário compreendido entre 08h00min às 11h00min e 13h00min às 16h00min, em dias úteis e em horário de expediente administrativo.

A entrega deverá ser realizada por conta, risco e responsabilidade da contratada, incluindo todas as despesas relativas a transporte, frete, carga, descarga, seguro, tributos, encargos e demais custos necessários ao fornecimento integral do objeto, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

Os bens deverão ser entregues:

- em perfeitas condições de uso;
- novos, sem uso anterior e de primeiro uso;
- devidamente acondicionados em embalagem original do fabricante;
- acompanhados de manuais, acessórios e componentes necessários ao pleno funcionamento;
- com kit inicial de suprimentos originais;
- com identificação do fabricante, modelo e especificações técnicas;
- acompanhados de nota fiscal correspondente.

No ato da entrega, os equipamentos serão submetidos à conferência provisória, para verificação preliminar de:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

- conformidade com as especificações contratadas;
- integridade física dos bens;
- quantidade fornecida;
- regularidade da documentação que acompanha o produto.

Constatada qualquer irregularidade, desconformidade, avaria, defeito ou divergência em relação às especificações exigidas, a Administração poderá recusar, no todo ou em parte, o recebimento dos bens, devendo a contratada promover a substituição ou regularização no prazo a ser fixado pela Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade qualitativa e quantitativa do objeto, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, somente sendo aceitos os bens que atenderem integralmente às exigências contratuais.

A contratada deverá assegurar, no momento da entrega, que os equipamentos estejam aptos ao regular funcionamento, responsabilizando-se pela substituição de eventuais itens defeituosos, avariados ou em desconformidade, sem custos adicionais à Administração.

O descumprimento das condições, prazos e especificações de entrega sujeitará a contratada às sanções administrativas e contratuais cabíveis, na forma da Lei nº 14.133/2021 e do instrumento contratual.

6. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1. Da Medição

A medição do objeto será realizada por unidade efetivamente fornecida, tomando-se por base a quantidade de equipamentos efetivamente entregues, aceitos e recebidos pela Administração, em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, na proposta vencedora e no instrumento contratual.

Por se tratar de contratação de fornecimento de bens, de entrega integral e sem execução continuada,



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU Estado do Paraná

a medição ocorrerá em parcela única, após a entrega total do objeto, mediante verificação quantitativa e qualitativa dos bens fornecidos.

A aferição para fins de medição observará:

- a quantidade efetivamente entregue;
- a conformidade dos equipamentos com as especificações técnicas exigidas;
- a integridade física dos bens;
- o regular funcionamento dos equipamentos;
- a apresentação dos acessórios e componentes obrigatórios;
- a apresentação da respectiva nota fiscal.

Somente serão considerados aptos à medição os bens entregues em conformidade com as exigências contratuais e formalmente aceitos pela fiscalização.

Não serão medidos, nem pagos, bens entregues em desconformidade com o objeto contratado, defeituosos, avariados, incompletos ou recusados pela fiscalização, enquanto não sanadas as irregularidades constatadas.

6.2. Do Recebimento

O recebimento do objeto observará o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e ocorrerá em duas etapas:

a) Recebimento Provisório

O recebimento provisório será realizado no ato da entrega, por servidor designado, para verificação preliminar dos seguintes aspectos:

- quantidade entregue;
- integridade física dos equipamentos;
- conformidade aparente com as especificações contratadas;
- regularidade da documentação apresentada.

O recebimento provisório não implica aceitação definitiva do objeto, nem afasta a responsabilidade



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

da contratada quanto à qualidade, conformidade e pleno funcionamento dos bens fornecidos.

b) Recebimento Definitivo

O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação completa da conformidade quantitativa e qualitativa do objeto, mediante conferência técnica dos equipamentos, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório.

Somente será considerado definitivamente recebido o objeto que atender integralmente às exigências contratuais, técnicas e funcionais estabelecidas pela Administração.

Constatadas irregularidades, vícios, defeitos ou desconformidades, o recebimento definitivo ficará suspenso até a devida regularização pela contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

6.3. Do Pagamento

O pagamento será efetuado em parcela única, após o recebimento definitivo do objeto e atesto regular da nota fiscal pelo fiscal do contrato, observadas as condições pactuadas e a regular execução contratual.

Nos termos da Solicitação de Demanda, o pagamento será realizado a partir do dia 12 (doze) do mês subsequente ao da emissão da nota fiscal, desde que cumpridas todas as exigências contratuais e administrativas.

O pagamento estará condicionado a:

- recebimento definitivo do objeto;
- atesto da nota fiscal pelo fiscal do contrato;
- comprovação da regular execução contratual;
- apresentação da documentação fiscal pertinente;
- manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal da contratada, quando exigível.

A nota fiscal deverá ser emitida em nome do Município de Porecatu/PR, contendo a descrição do



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU Estado do Paraná

objeto fornecido, quantitativos, valores unitários e totais, bem como os dados bancários da contratada para pagamento.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal, inconsistência documental, divergência na execução ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para pagamento será suspenso até a regularização da pendência, sem ônus para a Administração.

O pagamento será realizado por ordem bancária ou transferência eletrônica em conta de titularidade da contratada, após regular liquidação da despesa, nos termos da Lei nº 4.320/1964, da Lei nº 14.133/2021 e das normas municipais aplicáveis.

Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação contratual, sem que isso gere direito a reajustamento, indenização ou compensação financeira.

7. REVISÃO CONTRATUAL:

7.1. A revisão contratual observará o disposto na Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, podendo ser admitida, excepcionalmente, desde que devidamente comprovada a ocorrência de fato superveniente, imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, que torne excessivamente onerosa a execução contratual.

Considerando a natureza do objeto, consistente no fornecimento de bens comuns, com entrega integral, execução imediata e baixo risco de variação relevante de custos, a revisão contratual terá caráter excepcional e somente será admitida nas hipóteses legalmente cabíveis, mediante requerimento formal da contratada e regular instrução processual.

A revisão contratual poderá ser analisada pela Administração quando demonstrada, de forma objetiva e documental, a ocorrência de evento superveniente que altere substancialmente a equação econômico-financeira originalmente pactuada, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU Estado do Paraná

O pedido de revisão deverá ser formalmente apresentado pela contratada, devidamente instruído com:

- exposição fundamentada dos fatos supervenientes;
- demonstração objetiva do desequilíbrio contratual;
- comprovação documental da alteração extraordinária dos custos;
- memória de cálculo detalhada;
- nexos causais entre o fato alegado e o impacto na execução contratual.

Não serão admitidos pedidos de revisão fundados em:

- variações ordinárias de mercado;
- oscilações normais de preços;
- fatos previsíveis inerentes à atividade econômica;
- má gestão empresarial;
- erros de composição de custos da proposta;
- eventos sem comprovação objetiva de impacto relevante.

A eventual revisão contratual dependerá de:

- análise técnica e administrativa;
- manifestação jurídica, quando cabível;
- demonstração do efetivo desequilíbrio;
- formalização por termo aditivo, quando deferida.

Considerando a natureza da contratação, de entrega única e execução imediata, a revisão contratual não constitui hipótese ordinária, mas medida excepcional, restrita a situações supervenientes efetivamente comprovadas e juridicamente aptas a justificar recomposição da equação econômico-financeira do ajuste.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

Dessa forma, eventual revisão contratual somente será admitida em caráter excepcional, observados os requisitos legais, a devida instrução processual e o interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8. DO PLANO DE FISCALIZAÇÃO/GESTÃO DO CONTRATO

8.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representantes formalmente designados pela Administração, competindo-lhes o acompanhamento, controle e verificação do regular cumprimento das obrigações contratuais, sem prejuízo das atribuições dos demais setores de apoio.

Fica designada como Fiscal do Contrato a servidora Aldilene de Fátima Pícolo Agostinho, já indicada na Solicitação da Demanda, a quem competirá o acompanhamento direto da execução contratual, especialmente quanto à conferência da entrega, verificação da conformidade do objeto, recebimento provisório e definitivo, registro de ocorrências e comunicação de eventuais irregularidades.

Sugere-se que seja designado Gestor do Contrato, a quem competirá o acompanhamento da execução sob o enfoque administrativo e contratual, especialmente quanto ao controle de prazos, gestão documental, adoção de providências administrativas, controle da vigência, instrução de eventuais alterações contratuais e demais atos necessários à regular gestão do ajuste.

Compete ao gestor e ao fiscal do contrato exercer suas atribuições em observância ao princípio da segregação de funções, atuando de forma coordenada e complementar, nos limites de suas competências, visando assegurar a regular execução contratual, a observância das cláusulas pactuadas e a adequada satisfação do interesse público.

A designação formal do gestor e do fiscal do contrato deverá ser ratificada no instrumento contratual e, se necessário, complementada por ato administrativo próprio.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

9. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. Conforme justificado no relatório do ETP, a licitação será realizada em item único, com julgamento pelo critério de menor preço por item.

9.1.1. A seleção do fornecedor será realizada mediante procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, com fundamento no art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, adotando-se o critério de julgamento pelo menor preço por item, por se tratar de aquisição de bem comum, com especificações usuais de mercado e padrões de desempenho objetivamente definíveis.

A escolha da modalidade Pregão Eletrônico justifica-se em razão da natureza do objeto, que consiste no fornecimento de bens comuns, padronizados e amplamente disponíveis no mercado, cujas características técnicas podem ser objetivamente descritas no Termo de Referência, nos termos do art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021.

O critério de julgamento pelo menor preço por item mostra-se o mais adequado para a presente contratação, pois permite a seleção da proposta mais vantajosa à Administração sob o ponto de vista econômico, sem prejuízo da observância dos requisitos mínimos de qualidade e desempenho previamente definidos no instrumento convocatório.

A disputa será realizada em ambiente eletrônico, por meio de sistema oficial adotado pela Administração, assegurando-se a observância dos princípios da legalidade, isonomia, competitividade, transparência, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa.

Poderão participar do certame os interessados que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto da contratação e que comprovem o atendimento das exigências de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica previstas no edital, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e da Lei Complementar nº 123/2006.

Considerando o valor estimado da contratação, inferior ao limite previsto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, a licitação deverá ser realizada com participação exclusiva de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), salvo ocorrência de qualquer das hipóteses excepcionais legalmente admitidas.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

A habilitação dos licitantes observará, no mínimo, os seguintes requisitos:

- habilitação jurídica compatível com o objeto;
- regularidade fiscal e trabalhista;
- qualificação econômico-financeira compatível com a contratação;
- qualificação técnica mínima necessária ao fornecimento do objeto;
- declaração de cumprimento das exigências legais e editalícias.

A qualificação técnica deverá restringir-se ao mínimo necessário para assegurar a aptidão do licitante ao regular fornecimento do objeto, vedadas exigências excessivas ou desproporcionais que comprometam a competitividade do certame.

A seleção do fornecedor observará, ainda, as regras de desempate, tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, admissibilidade de propostas, fase de lances, julgamento, habilitação, recursos e adjudicação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006 e da regulamentação municipal aplicável.

Dessa forma, a seleção do fornecedor será processada por meio de procedimento objetivo, competitivo e isonômico, apto a assegurar a escolha da proposta mais vantajosa e a adequada satisfação do interesse público.

9.2. Das Exigências de Habilitação

9.2.1. Para fins de habilitação no certame, será exigida do licitante a documentação necessária e suficiente para demonstrar sua aptidão jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica para o regular cumprimento das obrigações decorrentes da futura contratação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

As exigências de habilitação deverão observar os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, competitividade e vedação de restrições indevidas, limitando-se ao mínimo necessário para assegurar a adequada execução do objeto.

1. Habilitação Jurídica



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

A habilitação jurídica será comprovada mediante apresentação de documentação apta a demonstrar a existência legal do licitante e sua capacidade para exercer direitos e assumir obrigações, observando-se o disposto no art. 66 da Lei nº 14.133/2021.

Conforme a natureza jurídica do licitante, poderão ser exigidos, dentre outros:

- registro comercial, no caso de empresário individual;
- ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado;
- inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- documentos de identificação do representante legal.

2. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

A regularidade fiscal, social e trabalhista será comprovada na forma do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, mediante apresentação de:

- inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver;
- regularidade perante a Fazenda Federal;
- regularidade perante a Fazenda Estadual;
- regularidade perante a Fazenda Municipal;
- regularidade relativa ao FGTS;
- regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante CNDT;
- declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, será assegurado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte o tratamento favorecido aplicável à regularização fiscal e trabalhista, quando cabível.

3. Qualificação Econômico-Financeira

A qualificação econômico-financeira será exigida de forma proporcional à natureza e ao vulto da



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

contratação, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, restringindo-se ao mínimo necessário à segurança da contratação.

Poderá ser exigida:

- certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
Considerando o baixo valor da contratação, a baixa complexidade do objeto e a reduzida materialidade do risco contratual, não se recomenda a exigência de índices contábeis, balanço patrimonial ou capital mínimo, por se mostrarem medidas desproporcionais e potencialmente restritivas à competitividade.

4. Qualificação Técnica

A qualificação técnica deverá limitar-se ao mínimo necessário para demonstrar a aptidão do licitante para o regular fornecimento do objeto, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

Considerando tratar-se de fornecimento de bem comum, de baixa complexidade e amplamente disponível no mercado, a exigência de qualificação técnica deverá ser simplificada e proporcional, podendo restringir-se a:

- apresentação de pelo menos um atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão para fornecimento de objeto compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação;

É vedada a exigência de atestados excessivos, quantitativos mínimos desproporcionais ou requisitos técnicos que restrinjam indevidamente a competitividade.

5. Declarações

Deverão ser exigidas, ainda, as declarações usuais e necessárias ao regular processamento do certame, especialmente:

- declaração de pleno conhecimento e aceitação das condições do edital;
- declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação;
- declaração de inexistência de fatos impeditivos;
- declaração de cumprimento das exigências de reserva legal, quando aplicável;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

- demais declarações legalmente exigíveis.

As exigências de habilitação deverão restringir-se ao estritamente necessário para assegurar a aptidão do futuro contratado, vedadas exigências excessivas, irrelevantes ou desproporcionais que comprometam a ampla competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa, em observância à Lei nº 14.133/2021.

10. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor total estimado da contratação é de **R\$ 9.508,45 (nove mil, quinhentos e oito reais e quarenta e cinco centavos)**, conforme valor unitário referencial discriminado no item 1.2 deste instrumento, conforme pesquisa de preços realizada nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável.

11. DO REAJUSTE

11.1. Não haverá aplicação de reajuste contratual.

A não incidência de reajuste justifica-se em razão da natureza do objeto, que consiste no fornecimento de bens comuns, com entrega integral, execução imediata e prazo exíguo para cumprimento das obrigações contratuais, não se caracterizando relação contratual de trato continuado ou execução prolongada.

Nos termos do art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, o reajuste contratual constitui cláusula destinada à preservação do equilíbrio econômico-financeiro em contratos com prazo de duração suficiente para comportar variação ordinária de custos decorrente da inflação, o que não se verifica no presente caso.

A presente contratação possui:

- fornecimento em parcela única;
- entrega imediata;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU Estado do Paraná

- execução de baixa complexidade;
- reduzido valor contratual;
- prazo de entrega de 15 (quinze) dias úteis;
- ausência de execução continuada.

Dessa forma, não há lapso temporal suficiente para caracterizar a necessidade de recomposição inflacionária ordinária dos preços contratados.

Ressalta-se que, no art. 92, inciso V, c/c art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/2021 e da jurisprudência aplicável, o reajuste pressupõe decurso temporal mínimo de 12 (doze) meses, contado da data-base vinculada ao orçamento estimado ou à proposta, o que não se compatibiliza com a natureza e o prazo da presente contratação.

Assim, considerando tratar-se de contratação de fornecimento imediato, com execução integral e exaurimento em curto prazo, conclui-se pela não aplicação de reajuste contratual, sem prejuízo da possibilidade excepcional de revisão para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nas hipóteses legalmente cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Comete infração administrativa o fornecedor que infringir as disposições previstas no art. 155 da Lei 14.133, de 2021, conforme estabelecido no Edital e Instrumento Contratual.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
Estado do Paraná

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 12 - Secretaria de Serviço Social

Unidade Orçamentária: 03 – Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 082440024 – Assistência Social

Proj/Ativ/Oper. Esp: 2.056 - Manutenção da Divisão de Assistência Social

Natureza da Despesa: 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente

Fonte de Recurso: 3839 REPASSE ESTADO GAR. CRIANÇA E ADOLESCENTE

Desdobramento: 4.4.90.52.35 - 1738 Desdobramento da Despesa

Despesa Principal: 4.4.90.52 – 1767

Porecatu, 29 de abril de 2026.

Elaborado e Aprovado por:

MARIA APARECIDA DE JESUS SOUZA

Secretaria de Serviço Social



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

Apêndice do Anexo I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Trata-se de Estudo Técnico Preliminar para a primeira etapa do planejamento da contratação visando auxiliar na elaboração do Termo de Referência ou do Projeto Básico.

2. INFORMAÇÕES DO PROCESSO

Unidade (s) Demandante (s):	SECRETARIA DE SERVIÇO SOCIAL
Responsável pela Demanda:	MARIA APARECIDA DE JESUS SOUZA
Objeto:	Aquisição de Impressoras para o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

3. DO RELATÓRIO

3.1. Da Legislação aplicável:

3.1.1. Lei nº 14.133, de 2021 e legislação correlata.

3.1.2. Decreto Municipal nº 09, de 30 de janeiro de 2024, regulamenta as disposições da Lei federal nº 14.133/21 no Município de Porecatu/PR.

3.1.3. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD).

3.1.4. LC 123/06.

3.1.5. Decreto Municipal nº 016/2024 – regulamenta o pregão no âmbito municipal.

3.1.6. Lei Complementar nº 13/2023 - atribuições dos cargos dos servidores do município de PORECATU.

3.1.7. Decreto nº 053/2025 – dispõe sobre a elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

3.2. Das contratações anteriores:

3.2.1. O presente objeto não foi adquirido nos dois últimos exercícios pela secretaria demandante, não constando em nossos arquivos contratação anterior para subsidiar no planejamento.

3.3 Da forma de contratação:

3.3.1. A contratação será realizada de forma **eletrônica**.

3.4. Do acesso ao orçamento estimado da contratação:

3.4.1. Na presente análise o orçamento e documentos que o instruem constam dos autos e deverão ser disponibilizados anexos ao TR ou PB, não sendo o caso de orçamento sigiloso.

3.5. Da utilização do catálogo de padronização

3.5.1. Os produtos não estão contidos no catálogo de padronização em razão do instrumento encontrar-se em processo de formalização pelo município, e, portanto, ainda não encontram-se contemplados dentre os objetos já padronizados.

3.6. Da necessidade de consolidação da demanda para as demais unidades gestoras e/ou Intenção de Registro de Preços-IRP:

3.6.1. A demanda compreendida atenderá a unidade gestora requisitante e a contratação não requer consolidação.

3.7. Da aplicação do tratamento diferenciado da LC 123/2006:

3.7.1. Contratação com **itens exclusivos** para os beneficiados (art. 48, I, LC123/06).

Considerando que o valor total estimado para a aquisição das 05 multifuncionais é de R\$ 10.050,00, a presente contratação submete-se ao regime da Lei Complementar nº 123/2006:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

- Participação Exclusiva (Art. 48, I): Visto que o valor estimado para o item/lote não ultrapassa o limite legal de R\$ 80.000,00, a licitação deverá ser realizada em modalidade exclusiva para a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.
- Fomento ao Desenvolvimento Local: A pesquisa de preços incluiu empresas sediadas localmente, especializadas no ramo de atividade do objeto. A aplicação da exclusividade visa reforçar o desenvolvimento econômico da região, em conformidade com as justificativas de consulta mercadológica apresentadas.
- Regularidade Fiscal e Trabalhista: As empresas beneficiárias do tratamento diferenciado poderão usufruir da prerrogativa de regularização tardia de eventuais restrições fiscais e trabalhistas, conforme previsto nos artigos 42 e 43 da referida Lei Complementar.
- Critério de Desempate: Em caso de empate ficto, será assegurada a preferência de contratação para as MEs e EPPs, conforme os critérios estabelecidos no Art. 44 da LC 123/2006.

A aplicação do tratamento diferenciado é obrigatória para este processo, uma vez que não foram identificadas as exceções previstas no Art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006, garantindo a ampla competitividade entre os beneficiários e o atendimento ao interesse público.

3.8. Da participação ou vedação de empresas em consórcio:

3.8.1. Considerando a natureza do objeto, que consiste no fornecimento de bens comuns, a baixa complexidade técnica envolvida e o valor estimado da contratação, fica estabelecida a vedação à participação de empresas reunidas em consórcio.

A justificativa para tal vedação fundamenta-se nos seguintes pontos:

- Capacidade do Mercado: O mercado local e regional dispõe de inúmeras empresas individuais especializadas e plenamente capazes de atender ao fornecimento de forma isolada, não havendo necessidade de soma de esforços técnicos ou financeiros para a execução do objeto.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU Estado do Paraná

- **Baixa Complexidade:** O fornecimento de equipamentos de impressão não exige especializações distintas que justifiquem a união de diferentes competências em um consórcio.
- **Eficiência Administrativa:** A vedação visa simplificar os procedimentos de habilitação, análise de documentos e a futura gestão contratual, evitando o ônus administrativo que a análise de termos de constituição de consórcios imporia à administração, sem que isso represente prejuízo à competitividade do certame.

A decisão encontra respaldo na faculdade conferida à Administração pelo Art. 15 da Lei nº 14.133/2021, que permite a vedação de consórcios desde que devidamente justificada, como no presente caso.

4. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE/JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A aquisição de impressoras para o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) fundamenta-se na necessidade imediata de suprir as demandas diárias de impressão de documentos, relatórios e formulários essenciais para o funcionamento regular dos diversos setores da unidade. Atualmente, observa-se uma precariedade operacional decorrente da ausência completa de equipamentos em determinados departamentos, enquanto outros utilizam aparelhos antigos que apresentam falhas frequentes e desgaste excessivo, o que compromete diretamente a agilidade e a qualidade dos serviços prestados à população.

A contratação busca, portanto, proporcionar maior eficiência administrativa e assegurar a qualidade técnica das impressões, promovendo uma redução significativa nos custos com manutenções corretivas e garantindo o pleno funcionamento das atividades internas. É importante ressaltar que a demanda está formalmente vinculada à Deliberação nº 13/2025 - CEDCA/PR, tratando-se de um investimento viabilizado por meio de incentivo estadual especificamente voltado à garantia dos direitos de crianças e adolescentes, o que reforça o interesse público e a oportunidade da aquisição.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

5. DO ALINHAMENTO AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

5.1. Embora o Município ainda esteja em fase de implementação formal do Plano de Contratações Anual, a presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento administrativo setorial, à programação orçamentária vigente e à necessidade pública formalmente demonstrada, não havendo prejuízo à legitimidade da contratação.

6. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. O presente estudo registra os principais requisitos para a contratação, conforme abaixo:

6.1.1. Especificação do Equipamento:

- Multifuncional tanque de tinta 3 em 1 com conexão wireless, permitindo impressão sem fios por smartphones, tablets ou computadores.
- Tecnologia heat-free (sem aquecimento da tinta) para garantir rapidez, economia de energia e confiabilidade.
- Sistema de tanques frontais com acesso fácil, visualização clara dos níveis de tinta e sistema anti-desperdício.
- Recurso de continuidade de impressão que combina tintas coloridas para manter a atividade quando a tinta preta acabar.
- Equipamento na cor preta e com voltagem bivolt (compatível com 110v e 220v).

6.1.2. Desempenho e Conectividade:

- Conectividade mínima via USB 2.0 de alta velocidade, Wireless (Wi-Fi) e Wi-Fi Direct.
- Resolução mínima de impressão de 5.760 x 1.440 dpi.
- Velocidade máxima de impressão de 33 ppm em preto e 15 ppm em cores.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

- Scanner com resolução interpolada mínima de 1.200 x 2.400 dpi e profundidade de cor de 48-bit interna.
- Capacidade mínima de entrada para 100 folhas (A4) e saída para 30 folhas (A4).

6.1.3. Dimensões e Itens Inclusos:

- Dimensões máximas permitidas de 18,7 cm de altura, 37,5 cm de largura e 34,7 cm de profundidade.
- Peso máximo de 5,4 kg.
- O kit deve incluir obrigatoriamente a multifuncional, cabo de alimentação, cabo USB, CD de instalação com softwares, guia de instalação rápida e um kit de garrafas de tinta originais (preto, ciano, magenta e amarelo).

6.1.4. Condições de Fornecimento:

- Prazo de entrega de 15 dias úteis após a emissão da Ordem de Fornecimento.
- Local de entrega na Rua Horácio Pagano, 300, nos horários das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 16h00min.
- Prazo de garantia de 12 meses.
- Pagamento a ser realizado a partir do dia 12 do mês posterior à data de emissão da nota fiscal.
- Prazo de vigência do contrato de 12 meses.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

7. DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA E DA ESTIMATIVA DA QUANTIDADE PARA A CONTRATAÇÃO

7.1. Considerando que não houve contratação anterior do objeto para nortear o planejamento da quantidade a ser adquirida, a partir dos quantitativos solicitados na respectiva SD, em atendimento à necessidade da Secretaria demandante, conforme a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD
1	MULTIFUNCIONAL tanque de tinta 3 em 1 com conexão wireless, permitindo impressão sem fios diretamente de smartphones, tablets ou computadores. funcionalidades mínimas exigidas: • continuidade de impressão: deve combinar tintas coloridas para manter a impressão quando a tinta preta acabar. • tecnologia heat-free: sistema sem aquecimento da tinta, garantindo rapidez, economia de energia e confiabilidade. • tanques frontais: design com acesso fácil e visualização clara dos níveis de tinta, incluindo sistema anti-desperdício. especificações mínimas: • cor: preto. • voltagem: bivolt (compatível com 110v e 220v). • conectividade mínima: usb 2.0 de alta velocidade, wireless (wi-fi) e wi-fi direct. impressão (requerimentos mínimos): • tecnologia: jato de tinta sem aquecimento (heatfree). • resolução mínima: 5.760 x 1.440 dpi. • velocidade mínima de impressão iso: • preto: 10,5 ppm (a4/carta). • cores: 5 ppm (a4/carta) • velocidade máxima de impressão: • preto: 33 ppm. • cores: 15 ppm. scanner (requerimentos mínimos): • resolução interpolada mínima: 1.200 x 2.400 dpi. • profundidade de cor mínima: 48-bit interna (24-bit externa). • área máxima de digitalização: 21,6 x 29,7 cm. • velocidade mínima de digitalização: • preto: 11 segundos por página (200 dpi). • cores: 28 segundos por página (200 dpi). papel (capacidades mínimas): • tamanho máximo suportado: 215,9 mm x 1.200 mm. • tipos de papel: comum e papéis especiais. • capacidade mínima de entrada: 100 folhas (a4). • capacidade mínima de saída: 30 folhas (a4). dimensões e peso máximos permitidos: • altura: 18,7 cm. • largura: 37,5 cm. • profundidade: 34,7 cm. • peso máximo: 5,4 kg. itens mínimos inclusos: • 1 multifuncional tanque de tinta. • 1 cabo de alimentação. • 1	UN	5



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

	cabo usb. • 1 cd de instalação e softwares. • 1 guia de instalação rápida. • 1 kit de garrafas de tinta originais (preto, ciano, magenta e amarelo).		
--	--	--	--

8. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

8.1. Do levantamento das soluções existentes no mercado

Com base nos documentos apresentados, o levantamento das soluções de mercado para a aquisição de impressoras para o CRAS seguiu os seguintes critérios técnicos

e metodológicos:

8.1.1. Identificação da Solução Tecnológica

O mercado foi consultado em busca de equipamentos que atendessem aos requisitos de eficiência e economia, identificando-se a tecnologia de tanque de tinta, multifuncional 3 em 1, como a mais adequada. As principais características da solução identificada incluem:

- Tecnologia Heat-Free: Sistema de jato de tinta sem aquecimento, que garante maior rapidez, economia de energia e confiabilidade ao equipamento.
- Conectividade Wireless: Suporte a Wi-Fi e Wi-Fi Direct para impressão remota via dispositivos móveis.
- Sustentabilidade e Economia: Sistema de tanques frontais anti-desperdício e função de continuidade de impressão (combinação de cores quando a tinta preta acaba).

8.1.2. Fontes de Consulta e Referenciais de Preços

A prospecção de mercado utilizou uma combinação de bancos de dados públicos e consulta direta a fornecedores locais para garantir a ampla competitividade:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU Estado do Paraná

- Portais Públicos: Foram extraídos preços da Bolsa de Licitações e Leilões (BLL), do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE PARANÁ) e da Bolsa Nacional de Compras.
- Pesquisa Direta: Foi consultada a empresa LF SISTEMAS LTDA, sediada localmente e especializada no ramo, que apresentou cotação em 20/02/2026.

8.1.3. Análise de Preços e Metodologia Adotada

A análise dos valores obtidos seguiu os parâmetros do Decreto Municipal nº 009/2024:

- Valor de Referência: A solução média de mercado foi estimada em R\$ 2.010,00 por unidade.
- Critério de Aceitabilidade: Não houve exclusão de valores, pois todas as cotações situaram-se dentro da margem de 30% (superior ou inferior) em relação à média, não sendo consideradas excessivas ou inexequíveis.
- Método de Cálculo: Utilizou-se o Valor Médio, conforme o Artigo 28 do Decreto Municipal, uma vez que a variação entre a média e a mediana não ultrapassou o limite de 25%.

8.1.4. Conclusão do Levantamento e Solução Escolhida

A solução de mercado escolhida (Multifuncional Tanque de Tinta) mostrou-se superior aos equipamentos antigos utilizados pela secretaria por oferecer redução de custos com manutenção, maior qualidade de impressão e agilidade no atendimento das demandas administrativas do CRAS.

9. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE

9.1. Para a obtenção do valor previamente estimado em processo licitatório, utiliza-se dos parâmetros definidos em lei, conforme processo de formação de preços anexo.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
Estado do Paraná

9.2. A partir do quantitativo estudado em atendimento a unidade requisitante e os parâmetros obtidos através das pesquisas de preços realizadas no presente estudo, que intentaram o valor mais próximo possível do praticado no mercado, segue estimativa do valor da contratação conforme exposto na tabela abaixo, cujo valor informado foi cotado juntamente com o setor/servidor responsável pela formação de preços.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	MÉDIA	VALOR TOTAL
1	MULTIFUNCIONAL tanque de tinta 3 em 1 com conexão wireless, permitindo impressão sem fios diretamente de smartphones, tablets ou computadores. funcionalidades mínimas exigidas: • continuidade de impressão: deve combinar tintas coloridas para manter a impressão quando a tinta preta acabar. • tecnologia heat-free: sistema sem aquecimento da tinta, garantindo rapidez, economia de energia e confiabilidade. • tanques frontais: design com acesso fácil e visualização clara dos níveis de tinta, incluindo sistema anti-desperdício. especificações mínimas: • cor: preto. • voltagem: bivolt (compatível com 110v e 220v). • conectividade mínima: usb 2.0 de alta velocidade, wireless (wi-fi) e wi-fi direct. impressão (requerimentos mínimos): • tecnologia: jato de tinta sem aquecimento (heatfree). • resolução mínima: 5.760 x 1.440 dpi. • velocidade mínima de impressão iso: •	UN	5	R\$ 1.901,69	R\$ 9.508,45



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
Estado do Paraná

preto: 10,5 ppm (a4/carta). • cores: 5 ppm (a4/carta) • velocidade máxima de impressão: • preto: 33 ppm. • cores: 15 ppm. scanner (requisitos mínimos): • resolução interpolada mínima: 1.200 x 2.400 dpi. • profundidade de cor mínima: 48-bit interna (24-bit externa). • área máxima de digitalização: 21,6 x 29,7 cm. • velocidade mínima de digitalização: • preto: 11 segundos por página (200 dpi). • cores: 28 segundos por página (200 dpi). papel (capacidades mínimas): • tamanho máximo suportado: 215,9 mm x 1.200 mm. • tipos de papel: comum e papéis especiais. • capacidade mínima de entrada: 100 folhas (a4). • capacidade mínima de saída: 30 folhas (a4). dimensões e peso máximos permitidos: • altura: 18,7 cm. • largura: 37,5 cm. • profundidade: 34,7 cm. • peso máximo: 5,4 kg. itens mínimos inclusos: • 1 multifuncional tanque de tinta. • 1 cabo de alimentação. • 1 cabo usb. • 1 cd de instalação e softwares. • 1 guia de instalação rápida. • 1 kit de garrafas de tinta originais (preto, ciano, magenta e amarelo).				
VALOR TOTAL: R\$ 9.508,45				

9.3. O valor total estimado da contratação é de **R\$ 9.508,45 (nove mil, quinhentos e oito reais e quarenta e cinco centavos)**.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

10. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

10.1. A solução proposta consiste na aquisição de 05 (cinco) impressoras multifuncionais tanque de tinta, novas, de primeiro uso, destinadas ao atendimento das demandas administrativas e operacionais do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), unidade vinculada à Secretaria Municipal de Serviço Social.

A solução foi concebida para suprir de forma integral e eficiente a necessidade identificada pela unidade demandante, contemplando o fornecimento de equipamentos com tecnologia adequada ao volume de atividades desenvolvidas no setor, especialmente para impressão, cópia e digitalização de documentos administrativos, relatórios técnicos, formulários, cadastros, prontuários e demais documentos indispensáveis à execução dos serviços socioassistenciais.

A contratação abrange o fornecimento completo dos equipamentos, incluindo todos os componentes e acessórios necessários ao seu pleno funcionamento, tais como cabos, kit inicial de tintas originais, manuais e demais itens indispensáveis à instalação e operação regular dos equipamentos, conforme especificações mínimas estabelecidas no Documento de Solicitação da Demanda.

A solução contempla a disponibilização de impressoras multifuncionais com sistema de tanque de tinta, tecnologia mais vantajosa sob os aspectos de economicidade, eficiência e durabilidade, especialmente em ambientes administrativos com demanda contínua de impressão. Tal tecnologia proporciona menor custo por página impressa, maior autonomia operacional, redução da frequência de substituição de insumos e menor necessidade de manutenção corretiva.

Além disso, a solução prevê equipamentos com funcionalidades integradas de impressão, cópia e digitalização, permitindo maior racionalização de recursos, otimização de espaço físico e aumento da produtividade administrativa, eliminando a necessidade de aquisição de equipamentos distintos para cada função.

A conectividade sem fio (wireless/Wi-Fi e Wi-Fi Direct) constitui elemento essencial da solução, permitindo maior flexibilidade operacional, compartilhamento entre estações de trabalho e melhor



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU Estado do Paraná

integração com a rotina administrativa do setor, reduzindo limitações estruturais e facilitando a utilização simultânea pelos servidores.

A solução também contempla requisitos de desempenho e eficiência compatíveis com a necessidade administrativa do CRAS, exigindo equipamentos com capacidade mínima de entrada de papel, velocidade adequada de impressão, resolução compatível com documentos institucionais e funcionalidade de digitalização apta à formação e organização de arquivos digitais.

Sob o aspecto operacional, a solução mostra-se suficiente para atender de forma padronizada os setores vinculados ao CRAS, promovendo uniformidade tecnológica, simplificação de uso pelos servidores, maior facilidade na gestão dos equipamentos e melhor controle administrativo dos recursos empregados.

Em síntese, a solução como um todo compreende a aquisição de equipamentos permanentes, tecnologicamente adequados, economicamente vantajosos e administrativamente eficientes, aptos a garantir o suporte material necessário à continuidade, qualidade e eficiência dos serviços públicos prestados pelo Centro de Referência da Assistência Social.

11. DAS JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 40, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve avaliar, no planejamento da contratação, a viabilidade técnica e econômica do parcelamento do objeto, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa.

No caso em análise, verifica-se que o objeto possui especificações técnicas padronizadas e natureza comum.

Embora o parcelamento, em regra, constitua medida apta a ampliar a competitividade, no presente caso sua adoção não se mostra tecnicamente recomendável, tampouco economicamente vantajosa, pelas razões a seguir expostas.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

Inicialmente, observa-se que o objeto possui natureza homogênea, padronizada e divisível apenas sob aspecto quantitativo, não havendo diversidade funcional ou técnica que justifique fracionamento material da solução. Trata-se de bens com mesmas características, mesma finalidade e mesma destinação administrativa, o que recomenda a contratação em item único.

O eventual parcelamento da solução, com adjudicação fracionada entre fornecedores distintos, poderia comprometer a padronização tecnológica dos equipamentos, gerando potenciais dificuldades operacionais relacionadas à utilização, instalação, configuração, suporte técnico, manutenção e reposição de insumos.

A aquisição de equipamentos padronizados proporciona relevantes ganhos administrativos, tais como:

- uniformidade operacional entre os setores;
- simplificação do uso pelos servidores;
- padronização de instalação e configuração;
- racionalização da manutenção e suporte técnico;
- maior facilidade de reposição de insumos;
- melhor gestão patrimonial e administrativa dos equipamentos.

Além disso, o parcelamento não representa vantagem econômica concreta no presente caso, uma vez que o objeto é de baixa complexidade, possui ampla oferta no mercado e pode ser plenamente disputado em item único, sem restrição indevida à competitividade.

A adoção de item único, neste caso, não compromete a ampla concorrência, mas, ao contrário, preserva a economicidade e a eficiência administrativa, na medida em que evita fragmentação desnecessária, reduz riscos de incompatibilidade técnica e simplifica a execução contratual.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU Estado do Paraná

Ressalta-se, ainda, que não se trata de objeto composto por parcelas técnicas ou economicamente autônomas, mas sim de bens de mesma natureza e mesma finalidade, cuja aquisição conjunta se mostra mais eficiente sob os aspectos técnico, operacional e administrativo.

Dessa forma, conclui-se que não se recomenda o parcelamento material da solução, devendo a contratação ocorrer em item único, com julgamento pelo critério de menor preço por item, por representar a alternativa mais adequada, eficiente e vantajosa para a Administração Pública.

12. DO DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS

12.1. A contratação pretendida busca proporcionar resultados concretos e mensuráveis à Administração Pública, especialmente no que se refere à economicidade, eficiência administrativa e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Sob o aspecto da economicidade, a aquisição de impressoras multifuncionais com sistema de tanque de tinta apresenta solução mais vantajosa em comparação a equipamentos convencionais, considerando o menor custo operacional por página impressa, maior rendimento dos insumos e redução significativa das despesas com manutenção corretiva e substituição frequente de suprimentos.

A tecnologia de tanque de tinta mostra-se especialmente adequada ao perfil de utilização do CRAS, que demanda impressão contínua de documentos administrativos, relatórios, formulários e prontuários, permitindo maior autonomia de uso, menor custo por impressão e melhor relação custo-benefício ao longo da vida útil do equipamento.

A contratação também promove melhor aproveitamento dos recursos financeiros, na medida em que viabiliza investimento em bens permanentes de maior durabilidade e menor custo de operação, reduzindo gastos recorrentes com manutenção de equipamentos obsoletos e mitigando despesas



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU Estado do Paraná

futuras decorrentes de falhas operacionais, interrupções e substituições prematuras.

Quanto aos recursos materiais, a solução proporciona racionalização e otimização da infraestrutura administrativa, uma vez que a aquisição de equipamentos multifuncionais permite concentrar, em um único equipamento, as funções de impressão, cópia e digitalização, eliminando a necessidade de equipamentos distintos para cada atividade, reduzindo ocupação de espaço físico, consumo energético e complexidade operacional.

A padronização dos equipamentos também contribui para melhor aproveitamento dos recursos materiais disponíveis, ao facilitar o controle patrimonial, a gestão de insumos, a manutenção preventiva e a reposição de componentes, promovendo maior eficiência logística e administrativa.

No que se refere aos recursos humanos, a contratação permitirá maior produtividade e melhor aproveitamento da força de trabalho dos servidores, uma vez que reduzirá o tempo despendido com falhas operacionais, interrupções de impressão, retrabalho e deslocamentos desnecessários em busca de equipamentos disponíveis ou em funcionamento.

Com equipamentos adequados e em pleno funcionamento, os servidores poderão desempenhar suas atividades com maior celeridade, regularidade e eficiência, concentrando esforços na execução das atividades finalísticas do CRAS e no atendimento à população usuária, em vez de direcionar tempo excessivo à resolução de problemas operacionais decorrentes da insuficiência ou precariedade dos equipamentos atuais.

A solução pretendida também contribui para a melhoria da qualidade dos serviços prestados, com reflexos diretos na organização documental, no fluxo de informações, na agilidade dos atendimentos e na confiabilidade dos registros administrativos e técnicos produzidos pela unidade.

Assim, os resultados pretendidos com a contratação consistem, em síntese, em:

- redução dos custos operacionais de impressão;
- diminuição de despesas com manutenção corretiva;
- melhor relação custo-benefício dos equipamentos;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU Estado do Paraná

- racionalização do uso de insumos e materiais;
- otimização do espaço físico e da infraestrutura administrativa;
- aumento da produtividade dos servidores;
- redução de retrabalho e interrupções operacionais;
- melhoria da eficiência administrativa;
- fortalecimento da capacidade operacional do CRAS;
- melhoria da qualidade e continuidade dos serviços públicos prestados.

Dessa forma, a contratação demonstra-se alinhada aos princípios da economicidade, eficiência e boa gestão dos recursos públicos, proporcionando melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e maior retorno administrativo e institucional à Administração Pública.

13. DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL OU ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

13.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração deverá adotar as providências administrativas e operacionais necessárias para assegurar a adequada formalização da contratação e a correta execução do objeto, em observância aos princípios da eficiência, planejamento, segregação de funções e boa gestão contratual, previstos na Lei nº 14.133/2021.

Inicialmente, deverá ser promovida a conclusão da fase preparatória da contratação, com a formal instrução do processo administrativo, incluindo a consolidação dos documentos técnicos obrigatórios, especialmente o Termo de Referência, o Edital de Pregão Eletrônico, a minuta contratual, a reserva de dotação orçamentária e os demais documentos exigidos pela legislação aplicável.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

Deverá, ainda, ser realizada a análise final da compatibilidade da contratação com o planejamento orçamentário e financeiro do exercício, assegurando a existência de recursos suficientes para suportar a despesa decorrente da futura contratação, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei nº 14.133/2021.

No âmbito da governança contratual, a Administração deverá proceder à designação formal do gestor e do fiscal do contrato, observando-se o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, com a devida indicação de servidores aptos ao acompanhamento da execução contratual, preferencialmente aqueles já vinculados à rotina administrativa da unidade demandante.

Nos termos da Solicitação de Demanda, já consta a indicação de servidora para a fiscalização contratual, qual seja Aldilene de Fátima Pícolo Agostinho, designada como Fiscal do Contrato, conforme Portaria nº 205/2025, cabendo à Administração formalizar sua atuação no respectivo instrumento contratual e, se necessário, complementar a designação do gestor contratual.

Previamente à execução contratual, deverá ser assegurada orientação mínima aos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do ajuste, especialmente quanto:

- ao acompanhamento da entrega;
- à conferência quantitativa e qualitativa dos bens;
- à verificação de conformidade com as especificações do Termo de Referência;
- ao recebimento provisório e definitivo;
- ao registro de ocorrências;
- à comunicação de falhas ou inadimplementos;
- à adoção de medidas administrativas em caso de desconformidade contratual.

Considerando a baixa complexidade do objeto, não se verifica necessidade de capacitação técnica especializada ou treinamento formal extensivo para fiscalização contratual, sendo suficiente a



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU Estado do Paraná

orientação administrativa funcional dos servidores designados, sem prejuízo da observância às rotinas internas de controle e fiscalização.

No tocante à adequação do ambiente administrativo, a unidade requisitante deverá adotar providências mínimas para o adequado recebimento e instalação dos equipamentos, incluindo:

- disponibilização de espaço físico adequado para alocação dos equipamentos;
- verificação de pontos de energia compatíveis;
- disponibilidade de estações de trabalho para conexão e uso;
- adequação mínima da rede lógica e conectividade sem fio (Wi-Fi), quando aplicável;
- organização prévia dos setores que receberão os equipamentos.

Tais providências são de baixa complexidade e podem ser executadas pela própria unidade administrativa, sem necessidade de contratações acessórias ou intervenções estruturais relevantes.

Também deverá ser providenciado o adequado registro patrimonial dos bens após o recebimento definitivo, com a devida incorporação ao patrimônio público municipal, identificação patrimonial e encaminhamento aos setores responsáveis pela guarda e utilização.

Por fim, deverá a Administração assegurar que a contratação seja formalizada com cláusulas claras quanto às obrigações da contratada, prazos de entrega, garantia, critérios de recebimento e responsabilidades contratuais, de modo a resguardar a adequada execução do objeto e a proteção do interesse público.

Dessa forma, conclui-se que as providências prévias necessárias à celebração do contrato são simples, viáveis e plenamente executáveis pela Administração, não havendo impedimentos técnicos, operacionais ou estruturais relevantes à formalização e execução da contratação pretendida.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

14. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

14.1. De acordo com a solução adotada não há contratações que guardam relação/afinidade/dependência com o objeto da contratação, sejam elas já realizadas ou em contratações futuras.

15. DA DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS

15.1. A contratação pretendida, embora de baixo impacto ambiental direto, demanda a observância de medidas voltadas à mitigação de possíveis efeitos ambientais decorrentes da aquisição, utilização e descarte dos equipamentos e insumos relacionados ao objeto, em consonância com o princípio do desenvolvimento nacional sustentável previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Considerando a natureza do objeto, os principais impactos ambientais potenciais estão relacionados ao consumo de energia elétrica, utilização de papel, consumo de insumos de impressão, geração de resíduos sólidos e descarte futuro de equipamentos eletroeletrônicos.

No que se refere ao consumo de energia elétrica, a solução proposta adota como requisito técnico a aquisição de impressoras com tecnologia de impressão sem aquecimento, sistema que dispensa o aquecimento da tinta durante o processo de impressão, reduzindo significativamente o consumo energético em comparação a tecnologias convencionais.

Tal característica contribui diretamente para a redução do consumo de energia elétrica, promovendo maior eficiência energética, menor custo operacional e menor impacto ambiental associado ao uso contínuo dos equipamentos.

Como medida mitigadora, deverão ser priorizados equipamentos com:

- tecnologia de baixo consumo energético;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU Estado do Paraná

- modo de economia de energia (*sleep mode* ou equivalente);
- acionamento automático de funções de baixo consumo em períodos de inatividade;
- eficiência energética compatível com uso administrativo contínuo.

Quanto ao consumo de insumos, a adoção de impressoras com sistema de tanque de tinta apresenta relevante vantagem ambiental em relação a equipamentos com cartuchos convencionais, uma vez que reduz significativamente a geração de resíduos plásticos, diminui a frequência de substituição de insumos e proporciona maior rendimento por recarga.

Essa tecnologia reduz o descarte recorrente de cartuchos e embalagens, contribuindo para menor geração de resíduos sólidos e melhor aproveitamento dos insumos utilizados.

Como medida mitigadora, deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

- utilização de sistema de abastecimento com maior rendimento e menor geração de resíduos;
- preferência por insumos originais ou compatíveis de maior durabilidade;
- uso racional e controlado de tintas e suprimentos;
- descarte ambientalmente adequado de frascos, embalagens e resíduos de consumo.

No tocante ao consumo de papel, embora inerente à utilização do objeto, o impacto poderá ser mitigado mediante adoção de práticas administrativas sustentáveis, tais como:

- incentivo à digitalização de documentos;
- priorização de fluxos eletrônicos;
- impressão apenas quando necessária;
- utilização preferencial do modo econômico de impressão;
- estímulo à impressão frente e verso, quando aplicável.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU Estado do Paraná

Tais medidas contribuem para redução do consumo de papel, otimização de recursos e diminuição da geração de resíduos.

Em relação à geração de resíduos eletroeletrônicos, eventual descarte futuro dos equipamentos deverá observar a legislação ambiental aplicável, especialmente quanto à destinação final ambientalmente adequada de resíduos tecnológicos, em observância aos princípios da logística reversa e da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

Como medida mitigadora, a Administração deverá:

- promover o uso adequado e conservação dos equipamentos para ampliação da vida útil;
- adotar manutenção preventiva e uso racional;
- destinar corretamente equipamentos inservíveis ao final de sua vida útil;
- observar, quando aplicável, práticas de logística reversa e descarte ambientalmente adequado.

Adicionalmente, a aquisição de equipamentos multifuncionais também representa medida ambientalmente vantajosa, na medida em que concentra em um único equipamento as funções de impressão, cópia e digitalização, reduzindo consumo energético global, otimização de espaço físico e menor demanda por múltiplos equipamentos.

Assim, os possíveis impactos ambientais relacionados à contratação são considerados de baixa magnitude, controláveis e mitigáveis mediante adoção de boas práticas de consumo, uso racional dos recursos e observância de critérios mínimos de sustentabilidade.

Dessa forma, a contratação mostra-se ambientalmente adequada, desde que observadas as medidas mitigadoras indicadas, especialmente no tocante ao baixo consumo de energia, uso racional de papel, redução de resíduos e adequada destinação dos insumos e equipamentos ao final de sua vida útil.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

16. DO GERENCIAMENTO DE RISCOS

16.1. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o gerenciamento de riscos constitui medida indispensável ao adequado planejamento da contratação, com a finalidade de identificar, avaliar, tratar e monitorar eventos que possam comprometer o alcance dos resultados pretendidos, a regular execução contratual e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

No presente caso, considerando a natureza do objeto, a baixa complexidade da contratação e o fornecimento de bens comuns, o gerenciamento de riscos foi estruturado de forma proporcional e compatível com a materialidade da demanda, observando-se os princípios da eficiência, prevenção, economicidade e continuidade do serviço público.

A análise de riscos da contratação tem por objetivo prevenir falhas na fase de planejamento, seleção do fornecedor e execução contratual, reduzindo a probabilidade de ocorrências que possam gerar prejuízos operacionais, administrativos ou financeiros à Administração Pública.

Os principais riscos identificados estão relacionados à especificação inadequada do objeto, atraso na entrega dos equipamentos, fornecimento de bens em desconformidade com as especificações técnicas, falhas na fiscalização contratual e eventual descumprimento das obrigações contratuais pela futura contratada.

No tocante ao risco de especificação inadequada ou insuficiente do objeto, eventual descrição imprecisa poderá comprometer a competitividade do certame ou resultar na aquisição de equipamento incompatível com a necessidade administrativa. Como medida preventiva, a Administração deverá assegurar a adequada definição das especificações técnicas no Termo de Referência, com critérios objetivos, suficientes e compatíveis com a finalidade pretendida, vedadas exigências excessivas ou restritivas.

Quanto ao risco de sobrepreço ou preço inexequível, a mitigação se dá mediante prévia pesquisa de preços, observância aos parâmetros legais de formação do preço estimado, análise crítica das



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU Estado do Paraná

cotações obtidas e adoção de critérios objetivos para verificação da exequibilidade das propostas, conforme já realizado na fase preparatória.

Em relação ao risco de fracasso ou baixa competitividade do certame, a adoção da modalidade Pregão Eletrônico, com objeto comum, especificação padronizada e critério de julgamento por menor preço por item, constitui medida apta a ampliar a competitividade e favorecer a obtenção de proposta mais vantajosa.

No tocante ao risco de atraso na entrega dos equipamentos, tal ocorrência poderá comprometer a implementação da solução e impactar a rotina administrativa da unidade demandante. Como medida mitigadora, deverão constar no instrumento convocatório e no contrato cláusulas claras quanto ao prazo de entrega, aplicação de sanções administrativas, possibilidade de notificação formal e adoção das medidas cabíveis em caso de inadimplemento.

Quanto ao risco de fornecimento de bens em desacordo com as especificações técnicas, a mitigação dependerá da atuação eficiente da fiscalização contratual, com conferência no recebimento, verificação de conformidade técnica, recusa de bens inadequados e exigência de substituição sem ônus à Administração.

No que se refere ao risco de falhas na fiscalização contratual, a Administração deverá mitigar a ocorrência mediante designação formal de fiscal e gestor do contrato, definição clara de atribuições, orientação funcional mínima e adoção de registros formais de acompanhamento da execução.

Há, ainda, o risco de defeitos de fabricação ou falhas no funcionamento dos equipamentos após a entrega, cuja mitigação se dará pela exigência de garantia mínima contratual, acionamento da assistência técnica e substituição do bem quando necessário.

Quanto ao risco de descontinuidade operacional por mau uso ou instalação inadequada, a mitigação se dará por meio de adequada instalação, conferência inicial, uso conforme manual do fabricante e orientação básica aos servidores usuários.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU Estado do Paraná

Por fim, o risco de ineficiência na gestão dos bens após o recebimento será mitigado mediante adequado registro patrimonial, controle de lotação, acompanhamento do uso e conservação dos equipamentos.

Diante da análise realizada, conclui-se que os riscos inerentes à contratação são de baixa e média criticidade, plenamente administráveis e mitigáveis mediante planejamento adequado, fiscalização eficiente e observância das medidas preventivas e corretivas indicadas.

Assim, o gerenciamento de riscos demonstra que a contratação é viável sob a ótica da governança e do controle, não havendo riscos relevantes capazes de inviabilizar a aquisição, desde que observadas as medidas de tratamento previstas durante as fases interna e externa da contratação.

17. DA DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

17.1. Devido à necessidade do objeto pretendido neste estudo e após análise das informações apresentadas pela unidade demandante, consideramos **VIÁVEL** a contratação, **segundo as orientações técnicas contidas neste estudo.**

18. DA EQUIPE TÉCNICA

O Estudo Técnico foi elaborado pela seguinte equipe de planejamento da contratação:

Porecatu, 27 de abril de 2026.

Franciele Regina de Oliveira
Matrícula nº 1730-2

Priscila de Arruda Penteado
Matrícula nº 1737-8



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
Estado do Paraná

19. DA CIÊNCIA DA AUTORIDADE COMPETENTE

Recebido o presente estudo, verifico que ele está de acordo com as necessidades técnicas, operacionais e estratégicas do órgão, no mais, atende as demandas formuladas da melhor maneira, pelo que **autorizo a contratação nos termos concluídos pela equipe técnica de planejamento.**

Porecatu, 27 de abril de 2026.

MARIA APARECIDA DE JESUS SOUZA
Secretaria de Serviço Social



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
Estado do Paraná

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE PORECATU		
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU		
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 35/2026	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026	
TIPO DE JULGAMENTO:	MENOR PREÇO POR ITEM	
RAZÃO SOCIAL:	CNPJ/CPF:	
ENDEREÇO:	BAIRRO:	
CIDADE/UF:	CEP:	TELEFONE:
REPRESENTANTE LEGAL:	CPF:	
RG:	E-mail:	

PROPOSTA:

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Valor Unitário	Valor Total	Marca
VALOR TOTAL:						

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ _____ (_____)

O prazo de validade da proposta é de _____ (_____) dias.

Nome do banco indicado para o pagamento: _____, Agência: _____, Conta Corrente: _____.

Prazo de entrega: _____ (_____) dias corridos, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

Declaro que examinei, conheço e me submeto a todas as condições expressas no Edital e seus anexos, bem como verifiquei todas as especificações contidas, não havendo quaisquer discrepâncias nas informações, nas condições de fornecimento e documentos que dele fazem parte.

Declaro que o preço ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

Declaro ainda que, estou ciente de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos diretos ou indiretos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto.

Local _ _ _ _ de _____ de 20 ____.

Representante Legal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

(apenas para conhecimento, a empresa não precisa preencher)

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

Pregão Eletrônico nº 13/2026
Processo Administrativo nº 35/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____ / ____
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
PORECATU – PR A UNIDADE GESTORA
SECRETARIA MUNICIPAL DE * E A
EMPRESA _____.

O **MUNICÍPIO DE PORECATU**, inscrito sob o CNPJ n. 80.542.764/0001-48, com sede à Barão do Rio Branco, nº 344, Centro, em Porecatu/PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **Agamemnon Augusto Araujo Paduan**, doravante denominado CONTRATANTE, e por intermédio da **Secretaria Municipal de Serviço Social**, cujo Ordenador de Despesas: **(NOME DA SECRETÁRIA)**, Secretária Municipal de Serviço Social em exercício, e **DE OUTRO LADO** o(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por* (qualificação completa do representante da empresa) *conforme atos constitutivos da empresa* **OU** *procuração apresentada nos autos*, tudo registrado e em consonância com o **Processo Administrativo nº 35/2026**, e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislações correlatas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 13/2026** mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PREPOSTO INDICADO PELA CONTRATADA

1.1. Nos termos constantes no Anexo VI do edital, Termo de Nomeação de Preposto, a CONTRATADA nomeia e constitui o(a) senhor(a) _____, devidamente qualificado(a) no respectivo Termo, com endereço eletrônico _____, como o **preposto** responsável para acompanhar a execução do Contrato ou instrumento equivalente, e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações assumidas na presente contratação.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO (art. 92, I e II)

2.1. Aquisição * nas condições estabelecidas no Termo de Referência e na Proposta de Preços.

2.2. Quantidade e especificação do objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	MARCA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

2.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1. O Termo de Referência;

2.3.2. O Edital da Licitação;

2.3.3. A Documentação de Habilitação e a Proposta de Preços do contratado;

2.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados;

2.3.5. O Plano Básico de Fiscalização.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO OBJETO (artigos 105, 106 e 107)

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contado da data da sua publicação de seu extrato publicado no Diário Oficial do Município, na forma do artigo 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3.3. O presente Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e, os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na referida Lei, e demais normas federais aplicáveis e também os normativos internos regentes, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos, devendo ser observado no sítio eletrônico do órgão as normas regentes das contratações formalizadas pela Nova Lei de Licitações – Lei 14.133/21.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

CLÁUSULA QUARTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4.2. A Gestão e fiscalização Contratual, conforme a alínea “f” do inciso XXIII do art.6º da NLL, se dará nos termos do Plano Básico de Fiscalização, conforme devidamente publicado no sítio eletrônico do município, no link: <https://porecatu.pr.gov.br/>

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto do Contrato, será efetuado mediante crédito em conta corrente, a partir dos **dias 12 (doze)** ao mês subsequente a emissão da nota fiscal desde que a nota fiscal tenha sido emitida **até o dia 30 (trinta) do mês corrente**, do atesto da nota fiscal.

6.2. O documento de cobrança da Contratada será mediante nota fiscal/fatura, cujo crédito será realizado na conta corrente indicada pela Contratada.

6.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.4 Se for constatado erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Contratante, a seu critério, poderá devolvê-la para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.4.1 Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

6.5 A Contratante não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, qualquer compromisso que



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

6.6. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

6.7. A Contratante efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à Contratada, na forma da legislação aplicável.

6.8. Será efetuada a glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:

6.8.1. não produziu os resultados acordados ou deixe de executar as atividades contratadas ou não as executou com a qualidade mínima exigida.

6.9. Em se tratando de execução de recursos da União decorrente de transferência voluntária, as regras de pagamento atenderão ao regramento próprio editado por aquele ente.

6.10. A CONTRATADA obriga-se a emitir as notas fiscais ou documentos fiscais equivalentes em conformidade com a legislação vigente, observando-se, obrigatoriamente, o CNPJ da unidade administrativa (Secretaria) responsável pela solicitação e recebimento do objeto contratado.

Para cada fornecimento de bens e/ou prestação de serviços realizados em atendimento a solicitações específicas de determinada Secretaria, deverá ser emitida nota fiscal individualizada, contendo:

- O CNPJ da respectiva Secretaria;
- A descrição detalhada do objeto fornecido ou serviço prestado;
- O número da ordem de fornecimento, autorização de serviço ou documento equivalente que deu origem à solicitação;
- A data da entrega ou da execução do serviço.

A CONTRATANTE se compromete a indicar, em cada solicitação formal, o CNPJ e os dados completos da unidade requisitante, a fim de permitir a correta emissão do documento fiscal.

O pagamento somente será processado mediante apresentação da nota fiscal corretamente emitida, conforme disposto nesta cláusula, acompanhada da comprovação do recebimento definitivo do objeto, devidamente atestado pela unidade requisitante.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE ([artigos 25, §7º, 92, § 3º](#))

7.1. Não se aplica.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Emitir decisão explícita sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9.1. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

8.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

8.1.13. O fiscal de contrato desenvolverá as suas atribuições na conformidade do Plano de Fiscalização desenvolvido pelo Município, no qual constam as ações a serem adotadas pela equipe de fiscalização, visando inibir a incidência dos riscos comuns a todo objeto, devidamente inserido no item “gerenciamento de riscos” do relatório do estudo técnico.

NOME DO FISCAL	PORTARIA
Aldilene de Fatima Pico Agostinho	205/2025

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. O contratado deverá entregar junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, qualquer ocorrência anormal ou dificuldade criada pela contratante na entrega do objeto.

9.1.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado e no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.1.15. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

9.1.17. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.1.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.19. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.20. Entregar o produto sempre com a mesma qualidade e especificação técnica da proposta, em quantidade e qualidade compatível com o exposto no documento fiscal, no local, forma e prazo determinado no termo de referência;

9.1.21. Informar eventual alteração do preposto ou de sua qualificação, para providências quanto ao apostilamento devido, mantendo atualizado o endereço eletrônico do mesmo para os fins de eficiente comunicação no processo de fiscalização.

9.1.22. Responsabilizar-se pela destinação ambientalmente adequada dos materiais fornecidos que contenham componentes eletrônicos ou resíduos classificados como perigosos ou sujeitos à logística reversa, tais como baterias, fontes, nobreaks e equipamentos similares, promovendo seu recolhimento, transporte e descarte em conformidade com a legislação ambiental vigente, especialmente a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), devendo apresentar, quando solicitado, documentação comprobatória da destinação final, como o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) ou documento equivalente emitido por empresa autorizada.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO OBJETO ([art. 92, XII e XIII](#))

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução para a presente contratação.

10.2. O contratado se obriga a executar o objeto conforme as condições pactuadas. A ocorrência de fraude na execução ou conduta inidônea, nos termos do art. 92, incisos XII e XIII, da Lei nº 14.133/2021, ensejará a aplicação das sanções legais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta licitação
- l) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3. Multa de 20% (de vinte por cento), conforme regulamentação pertinente ao art.156, § 3º da Lei 14.133/2021, sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações do item 11.1, alíneas “a” à “k”;

11.4. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos do item 11.1, alíneas “b” à “g”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes municipais, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, no caso do item 11.1, alíneas “h” à “k”, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

11.6. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.7. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.7.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO ([art. 92, XIX](#))

12.1. **O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes**, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU Estado do Paraná

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão: 12 - Secretaria de Serviço Social

Unidade Orçamentária: 03 – Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 082440024 – Assistência Social

Proj/Ativ/Oper. Esp: 2.056 - Manutenção da Divisão de Assistência Social

Natureza da Despesa: 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente

Fonte de Recurso: 3839 REPASSE ESTADO GAR. CRIANÇA E ADOLESCENTE

Desdobramento: 4.4.90.52.35 - 1738 Desdobramento da Despesa

Despesa Principal: 4.4.90.52 – 1767



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no sítio eletrônico oficial, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da data de sua assinatura no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) *quando adotado, sob condição indispensável para sua eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Porecatu, estado do Paraná para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
Estado do Paraná

Porecatu-PR..... de de 2026.

MUNICIPIO DE PORECATU-PR
Agamemnon Augusto Araujo Paduan
Prefeito Municipal/Ordenador de Despesas

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇO SOCIAL.
(NOME DA SECRETÁRIA)

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU Estado do Paraná

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME - EPP

Pregão Eletrônico nº 13/2026
Processo Administrativo nº 35/2026

Eu _____, subscrito abaixo, DECLARO que a empresa (qualificação da empresa proponente) _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____ com sede no endereço _____, município _____/_____, neste ato por mim representada, para todos os fins de direito, especificamente para participação no presente procedimento licitatório, faz jus ao tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, por estar contida no rol de beneficiários do artigo 3ª da referida Lei.

DECLARO também, ciência de que a prestação de informações inverídicas sujeitará a empresa, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária relativas à falsidade ideológica (art. 299 do código Penal) e ao crime a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

_____/_____, ____ de _____ de 2026.

Nome e Assinatura do representante legal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU Estado do Paraná

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Pregão Eletrônico nº 13/2026
Processo Administrativo nº 35/2026

A empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na Rua _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____, com o endereço eletrônico _____, situada no Estado de _____, através do seu representante legal, infra-assinado, e para os fins de participação **do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026, DECLARA** sob as penalidades cabíveis, que:

I - Atende aos requisitos de habilitação e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

II - Não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

III - conhece as especificações do objeto e os termos constantes neste Edital e seu Anexos, e que, concorda com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possui todas as condições para atender e cumprir as exigências de fornecimento então contidas;

IV - Na qualidade de Proponente do procedimento de Pregão Eletrônico instaurado por este Município, o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº, cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do Contrato ou instrumento equivalente.

V - Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

Estado do Paraná

VI - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

VII - a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega das propostas.

VIII – o endereço correto, em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo de contratação direta, bem como em caso de eventual contratação, é: _____

E-mail:

Telefone:

IX - Ciência da existência e cumprimento da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE, declara ainda, que os princípios norteadores da referida legislação estão incorporados no desenvolvimento de suas atividades institucionais, bem como na prática de seus agentes de tratamento.

X - Para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos (inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal).

Ressalva: () emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

XI – conhecimento acerca da disposição contida no artigo 155, VIII da Lei 14.133/2021, quanto a apresentação de declaração falsa.

_____ / _____, _____ de _____ de 2026.

Nome e Assinatura do representante legal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
Estado do Paraná

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)

ANEXO VI

MODELO DE TERMO DE NOMEAÇÃO DE PREPOSTO

PROCESSO Nº 35/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede à _____, declara que, que caso seja vencedora do certame, nomeia e constitui como seu(a) preposto(a), o(a) Senhor(a)....., brasileiro (a), estado civil, profissão, portador(a) do RG nº, inscrito(a) no CPF/MF sob n.º....., residente e domiciliado (a) à _____, na cidade de _____, estado de _____, como responsável para acompanhar a execução do Contrato ou instrumento equivalente, e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações assumidas diante da participação neste certame, bem como representá-la em todos os demais atos que se relacionem à finalidade específica desta nomeação.

Declarando ainda que, o contrato e todas as informações pertinentes devem ser direcionadas para o e-mail: _____.

..... de de 2026

(Nome da empresa)

(Nome e assinatura do representante legal da empresa, com a indicação da qualidade de sócio/gerente/diretor/procurador) (confirmar poderes no contrato social ou procuração.)

(Nome e assinatura do preposto)